

## Índice

1. Introdução	3
2. Objetivos e metodologia da AAE	4
3. Descrição do Objeto de Avaliação	8
4. Fatores Críticos para a Decisão, Critérios e Indicadores	10
4.1. Introdução	10
4.2. Quadro de Referência Estratégico	10
4.3. Fatores Ambientais	11
4.4. Questões Estratégicas	12
4.5. Seleção dos Fatores Críticos de Decisão	12
5. Avaliação Ambiental Estratégica	15
5.1. Introdução	15
5.2. Qualidade Ambiental e Recursos Naturais	17
5.3. Riscos Naturais e Tecnológicos	23
5.4. Património e Desenvolvimento Local e Social	26
5.5. Ocupação Territorial	30
6. Análise das alternativas escolhidas	33
7. Monitorização	35
7.1. Enquadramento, Objetivos e Estrutura	35
7.2. Quadro de Governança para a Ação	36
7.3. Indicadores de Gestão e Monitorização Ambiental Estratégica	38
8. Síntese e Considerações Finais	41
Anexo 1 - Principais Instrumentos do Quadro de Referência Estratégico e respetivos Objetivos Estratégicos	
Anexo 2 - Relação entre o QRE definido e as Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Fornos de Algodres	

# 1. Introdução

O presente documento, Relatório Ambiental (RA), constitui a segunda fase da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), das propostas apresentadas para a Revisão do Plano Diretor Municipal de Fornos de Algodres (PDMFA), da responsabilidade da Câmara Municipal de Fornos de Algodres (CMFA). Enquadrado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.os 53/2000, de 7 de abril, 310/2003, de 10 de dezembro, 316/2007, de 19 de setembro, e 46/2009, de 20 de fevereiro, um Plano Diretor Municipal (PDM) estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial, a política municipal de ordenamento do território e de urbanismo e as demais políticas urbanas, integra e articula as orientações estabelecidas pelos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional e regional e estabelece o modelo de organização espacial do território municipal.

O Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 2001/42/CE, relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente – Diretiva de Avaliação Ambiental Estratégica – adotada em julho de 2001, sendo aplicável a todos os planos ou programas abrangidos pelo seu artigo 3.º, nomeadamente:

- a) Os planos e programas para os sectores da agricultura, floresta, pescas, energia, indústria, transportes, gestão de resíduos, gestão das águas, telecomunicações, turismo, ordenamento urbano e rural ou utilização dos solos e que constituam enquadramento para a futura aprovação de projetos mencionados nos anexos I e II do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de maio, na sua atual redação;
- b) Os planos e programas que, atendendo aos seus eventuais efeitos num sítio da lista nacional de sítios, num sítio de interesse comunitário, numa zona especial de conservação ou numa zona de proteção especial, devam ser sujeitos a uma avaliação de incidências ambientais nos termos do artigo 10º do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro;
- c) Os planos e programas que, não sendo abrangidos pelas alíneas anteriores, constituam enquadramento para a futura aprovação de projetos e que sejam qualificados como suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente.

A delimitação do âmbito da AAE foi realizada numa primeira fase que constitui o Relatório de Definição de Âmbito (RDA), e teve por objetivo contribuir para a qualidade do RA ao determinar o nível de detalhe e as fronteiras da AAE (âmbito temporal, temático e geográfico), incluindo a identificação dos fatores ambientais e de sustentabilidade e respetivos objetivos e indicadores a serem integrados na avaliação. A segunda fase da AAE, concernente ao presente documento, traduz-se na avaliação estratégica de impactes ambientais das ações propostas no PDMFA nos fatores de ambiente e sustentabilidade identificados como chave para o processo de decisão.

O presente Relatório Ambiental está organizado da seguinte forma: introdução (capítulo 1), objetivos e metodologias da AAE (capítulo 2), descrição do objeto de avaliação (capítulo 3), fatores críticos de decisão, critérios e indicadores (capítulo 4), avaliação ambiental por fator crítico de decisão, incluindo a identificação das tendências de evolução da situação de ausência de plano (alternativa zero) e problemas ambientais e efeitos decorrentes da implementação do plano e medidas de planeamento e gestão (capítulo 5), análise das alternativas (capítulo 6), monitorização e quadro de governança (capítulo 7), considerações finais (capítulo 8).

No final do presente documento foram compilados os diversos elementos de apoio ao relatório ambiental, dispostos em dois anexos: instrumentos que constituem o quadro de referência estratégico (anexo 1), relação entre o quadro de referência estratégico definido e as opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Fornos de Algodres (anexo 2).

## 2. Objetivos e metodologia da AAE

A AAE é um processo sistemático de natureza adaptativa, flexível, contínua, iterativa, pró-ativa e incremental, focado num referencial de sustentabilidade, e cujo principal objetivo é a avaliação dos riscos e oportunidades ambientais e de sustentabilidade a serem integrados nos processos de política, planeamento e programação.

A AAE constitui também um instrumento de apoio à decisão, procurando que instrumentos de planeamento e programação, traduzidos por conceções estratégicas, de natureza subjetiva e incerta, sejam mais positivos e que as suas consequências ambientais, sociais, económicas e de governança/institucionais sejam devidamente tratadas e incorporadas o mais cedo possível no processo de decisão, incluindo também as medidas e recomendações propostas pela AAE.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, uma AAE consiste em “identificação, descrição e avaliação dos eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes de um plano ou programa, realizada durante um procedimento de preparação e elaboração do plano ou programa e antes de o mesmo ser aprovado ou submetido a procedimento legislativo, concretizada na elaboração de um relatório ambiental e na realização de consultas, e a ponderação dos resultados obtidos na decisão final sobre o plano ou programa e a divulgação pública respeitante à decisão final” (artigo 2.º). Este conceito está assim alinhado com os desígnios da política comunitária em matéria de ambiente, estabelecidos no artigo 6.º do Tratado CE, o qual determina que as exigências em matéria de proteção do ambiente devem ser integradas na definição e execução das políticas e ações da Comunidade.

Em consonância com as boas práticas e experiência nacional recente em matéria de AAE, os objetivos que presidem à realização da AAE do PDMFA são:

- Assegurar que a dimensão ambiental e de sustentabilidade seja parte integrante da visão estratégica para o PDMFA;
- Assegurar a integração das questões ambientais e de sustentabilidade no processo de decisão do PDMFA, desde as fases iniciais, permitindo a identificação de oportunidades para melhorar o plano, identificando possíveis alternativas e modificando as ações estratégicas previstas;
- Identificar, selecionar e justificar situações *win-win*;
- Propor medidas e recomendações que mitiguem os efeitos negativos mais significativos e que reforcem as oportunidades;
- Delinear um programa de gestão e monitorização estratégica;
- Assegurar um processo transparente e eficaz de consulta e participação das autoridades relevantes e do público interessado;
- Produzir contextos adequados às futuras propostas de desenvolvimento.

Na sequência dos objetivos preconizados, a AAE influencia de duas maneiras o processo de elaboração e execução do PDMFA:

- Influência na proposta final do Plano, de modo a que este possa privilegiar opções que potenciem efeitos ambientais e de sustentabilidade positivos de natureza estratégica, em alternativa a outras que se identifiquem como causadoras de efeitos negativos;
- Influência na implementação e na monitorização estratégica do PDMFA, através da apresentação de recomendações que assegurem uma adequada integração de objetivos de natureza ambiental e de sustentabilidade.

Espera-se que os resultados da AAE, incluindo os que contribuem para o respetivo processo de consulta pública, permitam influenciar positivamente a elaboração e execução do PDMFA, garantindo uma maior sustentabilidade do modelo territorial proposto para o município de Fornos de Algodres.

Na Figura 2 apresenta-se a metodologia geral com as principais fases propostas para a AAE, sublinhando a contínua interação com as restantes componentes do processo de planeamento, bem como com a componente de participação e consulta pública. São também apresentados os principais “produtos” que resultam de cada fase do processo.

Numa primeira fase, que correspondeu à preparação do RDA, o trabalho integrou a definição de um conjunto de fatores de natureza estratégica que permitissem definir o âmbito da avaliação a realizar. As atividades desta fase contemplaram o estabelecimento de um quadro de referência estratégico identificando os objetivos e metas de ambiente e sustentabilidade nos domínios relevantes para a avaliação. Da análise integrada desta informação, e na observação da Diretiva Europeia 2001/42/CE e do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, resultou a proposta do conjunto de fatores ambientais e de sustentabilidade utilizados para estruturar a avaliação dos efeitos das opções estratégicas propostas no PDMFA (ver capítulo 5).

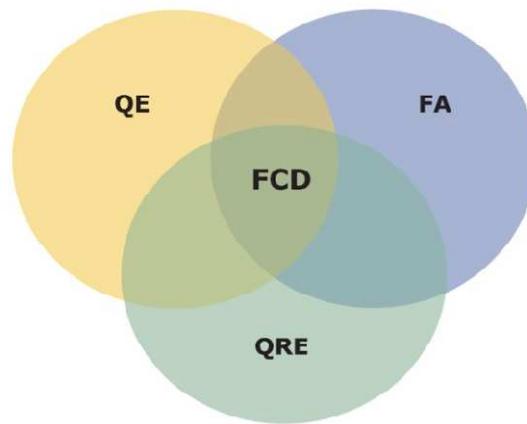


Figura 1 – Fatores Críticos para a Decisão como elemento integrador e estruturante da AAE (Fonte: Guia de boas práticas para Avaliação Ambiental Estratégica)

A Câmara Municipal de Fornos de Algodres apresentou e disponibilizou para o RDA na 1ª Reunião Plenária da Comissão de Acompanhamento da 1ª Revisão do PDMFA, decorrida em 12/11/2008, na CCDRC. Foram recebidos quatro pareceres<sup>1</sup>.

A segunda fase, consubstanciada no presente relatório, inclui um conjunto de atividades que materializam a avaliação ambiental estratégica do PDMFA, incluindo: a avaliação da situação existente e as tendências de evolução na ausência do Plano, a avaliação das intervenções estratégicas preconizadas no Plano em termos das oportunidades e riscos para o ambiente e sustentabilidade, e a elaboração de recomendações para a fase de gestão e monitorização estratégica do PDMFA.

Da Reunião Plenária da Comissão de Acompanhamento decorrida a 29 de abril de 2015, para emissão de parecer final da Proposta de Revisão do PDM, foram emitidos os seguintes pareceres relativos ao Relatório Ambiental da Avaliação Ambiental Estratégica:

<sup>1</sup> Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), Autoridade Florestal Nacional (AFN), Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico (IGESPAR), Turismo de Portugal I.P.  
0298F3t2AARL r2 2015-05

Entidade	Comentários	Ponderação
CCDRC	Está em falta o “Resumo Não Técnico” do Relatório Ambiental. No QRE, considerar o mais recente Quadro Comunitário, o Centro2020, em vez do anterior PORC. No Quadro 18, sobre os “Indicadores para a monitorização” acrescentar a ANPC, a ARS/ULS e o ICNF. No Quadro 18, clarificar o que significam os dados relativamente ao Ruído, se a meta=0 significa reduzir a zero a população exposta a valores superiores ao estabelecido no indicador, e o porquê da ausência de valores e fonte de informação, quando existe no município o documento Mapa de Ruído.	Foi elaborado o “Resumo Não Técnico” da AAE. O Programa Operacional da Região Centro (Centro2020) já constava da AAE entregue. Estas entidades foram incluídas no Quadro 18. A meta zero significa que se pretende reduzir a zero a população exposta a ruído ambiente exterior que exceda os valores limite fixados no Regulamento Geral do Ruído. Relativamente à ausência de valores de população exposta, a mesma deverá ser aferida aquando da elaboração do Plano Municipal de Redução de Ruído. A estimativa da população exposta deverá ser aferida preferencialmente por subsecção estatística.
Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E.	Para o FCD “Qualidade Ambiental e Recursos Naturais” é indicado como fator ambiental relevante a “Saúde Pública”, não tendo sido definidos nem objetivos nem metas e consequentemente indicadores de avaliação para este critério no âmbito da saúde humana. No Quadro de Governança para a Ação substituir a entidade Administração Regional de Saúde do Centro, IP por Unidade Local de Saúde do Centro, EPE.	O FCD “Qualidade Ambiental e Recursos Naturais” já dispõe de um conjunto de critérios e indicadores relacionados com a “Saúde Pública”, caso do Ar – Emissão de poluentes para a atmosfera; Ruído – população exposta a valores superiores aos limites fixados no Regulamento Geral do Ruído; Equipamentos e Infraestruturas de abastecimento e saneamento. Foi substituído.
APA/ARH Centro	A ENEAPAI não é referida no quadro de referência estratégico, nem mencionado o motivo pelo qual não é considerada na revisão deste PDM. Os objetivos a atingir no âmbito deste plano devem ser devidamente referenciados temporalmente e espacialmente. O RA refere que neste município não existe reutilização de águas residuais. Solicita-se informação acerca do que está previsto para melhorar a qualidade de tratamento das referidas ETAR.	A Estratégia Nacional para os Efluentes Agro-Pecuários e Agro-Industriais (ENEAPAI) estava enquadrada no horizonte temporal 2007-2013, pelo que não foi incluída no quadro de referência estratégico. Todos os indicadores do FCD Qualidade Ambiental e Recursos Naturais dispõe de metas para o concelho. Como o período de vigência do PDM são 10 anos, pretende-se que estas metas sejam atingidas até 2025. A gestão e exploração das duas ETAR existentes no concelho é da responsabilidade da concessionária Águas do Zêzere e Côa. A ETAR de Fornos de Algodres foi alvo de obras de ampliação e beneficiação das infraestruturas em 2000 e a ETAR de Figueiró da Granja foi coonstruída e entrou em funcionamento muito recentemente. Ambas apresentam um nível de tratamento que permite responder às exigências de qualidade definidas para o meio receptor. Dado o investimento recente nestas infraestruturas não se prevê que a concessionária incremente o nível de tratamento de modo a permitir a reutilização da água tratada.
	Pelo menos na fase de seguimento, os valores dos parâmetros relativos aos indicadores devem resultar de medições e não de estimativas.	Esta orientação será seguida, na fase de seguimento, sempre que possível.

Quadro 1 – Síntese dos Pareceres do Relatório Ambiental e respetiva ponderação

A concluir este processo de avaliação prévia da proposta de revisão do PDMFA, e na sequência da Discussão Pública, será preparada uma Declaração Ambiental, de modo a dar cumprimento aos requisitos legais nesta matéria.

A AAE deverá prosseguir no acompanhamento da implementação da revisão do PDMFA, assegurando, a terceira fase – de seguimento, que fica delineada neste RA.

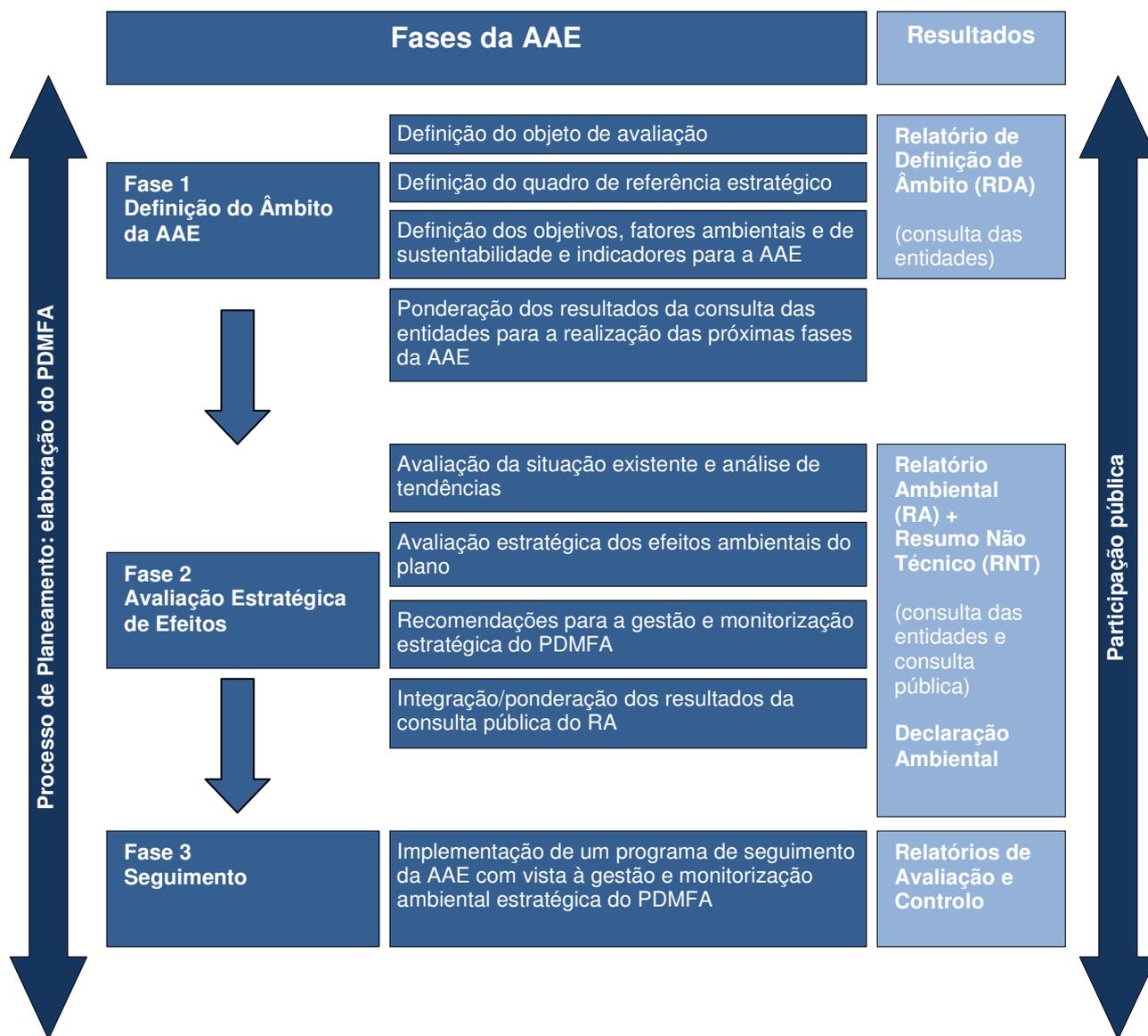


Figura 2 – Metodologia geral da AAE do PDMFA

### 3. Descrição do Objeto de Avaliação

O plano em avaliação foi elaborado pela Sítios e Formas, Lda e promovido pela Câmara Municipal de Fornos de Algodres e visa estabelecer, tal como os restantes planos municipais de ordenamento do território (artigo 70º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, na atual redação):

- A tradução, no âmbito local, do quadro de desenvolvimento do território estabelecido nos instrumentos de natureza estratégica de âmbito nacional e regional;
- A expressão territorial da estratégia de desenvolvimento local;
- A articulação das políticas setoriais com incidência local;
- A base de uma gestão programada do território municipal;
- A definição da estrutura ecológica municipal;
- Os princípios e as regras de garantia da qualidade ambiental e da preservação do património cultural;
- Os princípios e os critérios subjacentes a opções de localização de infraestruturas, equipamentos, serviços e funções;
- Os critérios de localização e distribuição das atividades industriais, turísticas, comerciais e de serviços;
- Os parâmetros de uso do solo;
- Os parâmetros de uso e fruição do espaço público;
- Outros indicadores relevantes para a elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial.

A revisão do PDM de Fornos de Algodres assenta em três objetivos estratégicos:

- Valorizar os recursos naturais e o património cultural, afirmando a complementaridade regional de Fornos de Algodres em setores como o turismo;
- Potenciar a implantação de atividades agroflorestais e industriais que utilizem recursos endógenos;
- Assegurar a centralidade na Vila de Fornos de Algodres e a estrutura de povoamento concentrada nos demais aglomerados, e impulsionar a reabilitação do respetivo parque edificado e a qualificação do espaço público.

Estes objetivos estratégicos desenhados para o concelho no âmbito da revisão do PDM procuram desafiar primordialmente:

- A demografia, atendendo à diminuta dimensão humana e às dificuldades sentidas para contrariar o envelhecimento da população e o despovoamento;
- A economia, pela fraca dinâmica de empreendedorismo, dos estabelecimentos e do emprego, mas também pelo potencial dos recursos naturais, patrimoniais e dos produtos regionais e endógenos que necessitam de ser devidamente explorados;
- A sociedade, na medida em que o desenvolvimento só é possível quando os diversos agentes se interrelacionam, nomeadamente as empresas, as instituições de formação, de desenvolvimento tecnológico e de promoção;
- O ambiente, com o intuito de promoção de uma gestão sustentável dos recursos naturais existentes. Tendo como ponto de partida os valores naturais que o município encerra, é urgente promover a complementaridade entre as atividades económicas e a gestão sustentável e salvaguarda dos mesmos.

A concretização destes objetivos estratégicos aponta para um conjunto de ações e medidas que resultam no seguinte quadro:

Objetivos Estratégicos	Ações e Medidas propostas
Valorizar os recursos naturais e o património cultural, afirmando a complementaridade regional de Fornos de Algodres em setores como o turismo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Proposta de classificação da Fraga da Pena a Monumento Natural;</li> <li>- Construção de um Borboletário;</li> <li>- Construção de um Posto de Observação de Aves;</li> <li>- Definição de uma Rede de Percursos Pedestres;</li> <li>- Desenvolvimento de Roteiros Temáticos;</li> <li>- Desenvolvimento de iniciativas de Marketing e Comunicação.</li> </ul>
Potenciar a implantação de atividades agroflorestais e industriais que utilizem recursos endógenos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Execução de um novo espaço de atividades económicas no aglomerado de juncais.</li> </ul>
Assegurar a centralidade na Vila de Fornos de Algodres e a estrutura de povoamento concentrada nos demais aglomerados, e impulsionar a reabilitação do respetivo parque edificado e a qualificação do espaço público	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaboração de Planos de Pormenor e Salvaguarda para os Centros Históricos de Algodres, Figueiró da Granja e Fornos de Algodres;</li> <li>- Elaboração de operações de reconversão urbanística para os aglomerados de Algodres, Matança e Rancozinho;</li> <li>- Definição de Espaços verdes de utilização coletiva, de proteção e de enquadramento.</li> </ul>

Quadro 2 – Objetivos Estratégicos da proposta de revisão do PDMFA e respetivas ações e medidas

## 4. Fatores Críticos para a Decisão, Critérios e Indicadores

### 4.1. Introdução

Os FCD constituem os temas fundamentais para a decisão sobre os quais a AAE se deve debruçar e estruturam a análise e avaliação de oportunidades e riscos em AAE, resultando de uma análise integrada dos seguintes elementos:

- (QRE) Quadro de Referência Estratégico, com a indicação dos planos e programas com maior interferência em cada fator ambiental;
- (FA) Fatores Ambientais conforme a alínea e) do n.º 1 do artigo 6º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, e que devem ser considerados na avaliação dos eventuais efeitos significativos da proposta de revisão do PDM;
- (QE) Questões Estratégicas do Plano.

### 4.2. Quadro de Referência Estratégico

Neste capítulo apresenta-se o Quadro de Referência Estratégico (QRE) para a AAE identificando-se e analisando-se políticas, planos e programas nacionais, especiais, regionais e locais relevantes para a avaliação.

Através desta análise procura-se responder a várias questões de interação estratégica, designadamente:

- Existem outros instrumentos estratégicos que podem afetar e/ou interagir com o plano diretor municipal visado por esta AAE?
- Existem outros instrumentos estratégicos cujos objetivos suportem o plano alvo desta AAE?
- O plano diretor municipal visado por esta avaliação pode afetar/interagir com outras ações estratégicas?

Assim, pretende-se identificar as principais relações, incluindo as potenciais sinergias e/ou conflitos, entre esses planos e programas e a revisão do PDMFA, sendo verificada a coerência entre os objetivos e principais orientações estratégicas estabelecidos nesses documentos de referência e os objetivos e linhas estratégicas da revisão do PDMFA.

A lista de documentos de referência considerados pertinentes para a avaliação é apresentada no Quadro 2. Todos estes instrumentos assumem, direta ou indiretamente, um papel relevante na esfera estratégica de interações e influências em redor do plano, ainda que atuando a diferentes escalas espaciais.

Instrumento	Acrónimo
<b>Âmbito Nacional /Setorial</b>	
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2005-2015	ENDS
Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território	PNPOT
Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética 2013-2016	PNAEE
Plano Nacional da Água	PNA
Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água	PNUEA
Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2020	PENSAAR 2020
Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2007-2016	PERSU II
Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação	PANCD
Programa de Desenvolvimento Rural do Continente para 2014-2020	PDR
Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios	PNDFCI
Plano Estratégico Nacional do Turismo 2013-2015	PENT
Plano Rodoviário Nacional 2000	PRN 2000
Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural	PENDR
<b>Âmbito Regional</b>	
Programa Operacional Regional do Centro	Centro 2020
Proposta de Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro	PROT-C
Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas dos rios Vouga, Mondego e Lis, integrados na Região Hidrográfica 4	PGBH4
Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira Interior Norte	PROF-BIN
<b>Âmbito Local</b>	
Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios	PMDFCI
Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil do Município de Fornos de Algodres	PMEPC

Quadro 3 – Políticas, Planos e Programas relevantes para a AAE da revisão do PDMFA

No Anexo 1 procede-se à apresentação e descrição dos planos e programas que compõem o QRE. No Anexo 2 procede-se à análise da coerência entre os Objetivos Estratégicos definidos na proposta de revisão do PDMFA e as orientações e objetivos estratégicos dos planos e programas que constituem o QRE.

Como se pode constatar da análise dos quadros que compõem o Anexo 2, verifica-se uma forte correspondência entre os objetivos estratégicos da proposta de revisão do PDMFA e as orientações do QRE, em temáticas específicas, como seja a gestão sustentável dos recursos, a inovação e a valorização do setor agroflorestal, a dinamização social e económica do espaço rural, a promoção e o desenvolvimento turístico e a requalificação do património edificado.

### 4.3. Fatores Ambientais

A Directiva Europeia 2001/42/CE, de 27 de junho, e o Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, apresentam um conjunto de temas ambientais que podem ser considerados na avaliação de eventuais efeitos significativos do plano objeto de uma AAE:

- Biodiversidade;
- População;
- Saúde Humana;
- Fauna;
- Flora;
- Solo;
- Água;
- Atmosfera;
- Fatores Climáticos;
- Bens Materiais;
- Património Cultural, incluindo o património arquitetónico, arqueológico e a paisagem.

Em face dos temas ambientais e de sustentabilidade passíveis de serem analisados, da natureza e conteúdo do plano, do tipo de território abrangido e do quadro de referência estratégico, selecionou-se um conjunto chave de fatores ambientais e de sustentabilidade que permitirá estruturar a avaliação dos efeitos estratégicos do plano de pormenor. Este conjunto chave de fatores de avaliação relaciona-se com os temas identificados pelo referido Decreto-Lei, e assume particular relevância para a análise dos principais problemas, tendências e áreas críticas, consentânea com a escala e alcance do plano.

## 4.4. Questões Estratégicas

Nesta proposta de revisão do PDMFA, foi delineada a estratégia de desenvolvimento do concelho. Esta traduz-se em três objetivos estratégicos, apresentados no capítulo 3, que pretendem impulsionar os setores emergentes no concelho:

- Valorizar os recursos naturais e o património cultural, afirmando a complementaridade regional de Fornos de Algodres em setores como o turismo;
- Potenciar a implantação de atividades agroflorestais e industriais que utilizem recursos endógenos;
- Assegurar a centralidade na Vila de Fornos de Algodres e a estrutura de povoamento concentrada nos demais aglomerados, e impulsionar a reabilitação do respetivo parque edificado e a qualificação do espaço público.

## 4.5. Seleção dos Fatores Críticos de Decisão

De acordo com o exposto no Relatório de Definição de Âmbito, e o referido no capítulo 2 do presente RA, a determinação dos FCD resultou da análise integrada de questões expressas numa vertente estratégica.

<a href="#">FCD_1</a>	Qualidade Ambiental e Recursos Naturais
<a href="#">FCD_2</a>	Riscos Naturais e Tecnológicos
<a href="#">FCD_3</a>	Património e Desenvolvimento Local e Social
<a href="#">FCD_4</a>	Ocupação Territorial

Quadro 4 – FCD identificados para a AAE da revisão do PDMFA

Os fatores de avaliação selecionados para esta AAE integram globalmente os domínios ambientais referidos na Diretiva Europeia 2001/42/CE e no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, ainda que apresentem uma focagem e estrutura temática diferente (Quadro 4). Os fatores considerados são função direta da AAE da revisão do PDMFA, pelo que naturalmente refletem essa especificidade.

### Qualidade Ambiental e Recursos Naturais

Pretende avaliar o contributo do PDM para a promoção ou redução da qualidade ambiental e dos recursos naturais, nomeadamente ao nível da água, atmosfera, solo, fauna, flora, habitats, bem como a preservação da paisagem e o uso sustentável dos recursos e níveis de atendimento e qualidade do abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais e recolha de resíduos sólidos urbanos.

### Riscos Naturais e Tecnológicos

Pretende avaliar o contributo do PDM para a prevenção e minimização dos riscos naturais, nomeadamente cheias, incêndios florestais, erosão dos solos e riscos tecnológicos, reduzindo as vulnerabilidades do concelho.

### Património e Desenvolvimento Local e Social

Pretende avaliar o contributo do PDM para a preservação dos valores patrimoniais e para a promoção de um crescimento populacional aliado a um acentuar da qualidade de vida acrescido de um aumento sustentável da competitividade do território.

### Ocupação Territorial

Pretende avaliar o contributo do PDM ao nível do ordenamento do território, nomeadamente ao nível de uso, aptidão e tipo de ocupação de solo.

Quadro 5 – Fatores de avaliação relevantes para a AAE da revisão do PDMFA

Fatores Críticos para a Decisão	Fatores ambientais relevantes para o PDM	Fatores Ambientais (de acordo com o Decreto-Lei n.º 232/2007)
Qualidade Ambiental e Recursos Naturais	População Saúde Humana Água Atmosfera Fatores Climáticos	População Saúde Humana Água Atmosfera Fatores Climáticos
Riscos Naturais e Tecnológicos	População Solo Água Bens Materiais	Biodiversidade População Fauna Flora Solo Água Atmosfera Fatores Climáticos Bens Materiais
Património e Desenvolvimento Local e Social	População Solo Atmosfera Bens Materiais Património Cultural	População Saúde Humana Solo Atmosfera Fatores Climáticos Bens Materiais Património Cultural
Ocupação Territorial	População Solo Património Cultural	População Solo Património Cultural

Quadro 6 – Relação entre domínios ambientais da Diretiva 2001/42/CE, Decreto-Lei n.º 232/2007 e os fatores ambientais e de sustentabilidade e fatores críticos adotados para a AAE da proposta de revisão do PDMFA

Procede-se igualmente à correspondência entre os FCD definidos e o QRE:

Quadro de Referência Estratégico	Fatores Críticos para a Decisão			
	Qualidade Ambiental e Recursos Naturais	Riscos Naturais e Tecnológicos	Património e Desenvolvimento Local e Social	Ocupação Territorial
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2005-2015	X		X	X
Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território	X	X	X	X
Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética 2013-2016	X		X	
Plano Nacional da Água	X	X		
Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água	X			
Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2020	X			
Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2007-2016	X			
Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação	X	X		
Programa de Desenvolvimento Rural do Continente para 2014-2020	X		X	X
Plano Estratégico Nacional do Turismo 2013-2015	X		X	X
Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios		X		
Plano Rodoviário Nacional 2000	X			X
Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural		X	X	X
Programa Operacional Regional do Centro	X		X	X
Proposta de Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro	X		X	X
Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas dos rios Vouga, Mondego e Lis, integrados na Região Hidrográfica 4	X	X		
Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira Interior Norte		X	X	X
Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios		X		X
Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil do Município de Fornos de Algodres		X		X

Quadro 7 – Relação entre os fatores críticos adotados e as políticas, planos e programas que constituem o QRE

## 5. Avaliação Ambiental Estratégica

### 5.1. Introdução

Ao longo do presente capítulo pretende-se dar cumprimento ao disposto nas alíneas b), c), e) e g) do n.º 1, do artigo 6º, do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, que elencam os elementos que devem constar de um Relatório Ambiental.

Após a identificação dos Fatores Críticos de Decisão, os mesmos servem para balizar a avaliação ambiental da proposta de revisão do PDMFA. Assim, para cada FCD apresenta-se uma lista de objetivos e indicadores, considerados relevantes para a AAE. Estes objetivos e indicadores permitirão estruturar a avaliação dos efeitos na fase seguinte da AAE, consubstanciando o referencial em relação ao qual serão avaliados os efeitos das intervenções estratégicas preconizadas no Plano.

Os objetivos identificados para cada fator de avaliação relacionam-se fundamentalmente com os objetivos presentes nos documentos de referência que integram o quadro de referência estratégico da AAE, e, em alguns casos, relacionam-se também com os objetivos do plano visado por esta AAE. O processo de seleção e desenvolvimento de indicadores propostos baseou-se na análise de relatórios nacionais sobre indicadores de ambiente e de desenvolvimento sustentável. As características inerentes à tipologia e dimensão da área de intervenção, do território envolvente e das intervenções estratégicas previstas constituíram elementos fundamentais para o processo de definição de objetivos e seleção de indicadores.

Os indicadores constituirão o suporte para a avaliação da situação existente e sua evolução previsível na ausência da implementação do plano, para a avaliação de efeitos e ainda para a monitorização estratégica dos fatores ambientais e de sustentabilidade. Para alguns dos indicadores propostos poderá não existir informação histórica disponível que permita a avaliação da sua evolução no passado ou mesmo a caracterização da situação presente. Contudo, considera-se relevante a aquisição de informação no futuro que permita uma monitorização destes aspetos no período de aplicação do Plano.

Pelo que, se procede, do seguinte modo, à avaliação ambiental por FCD:

- Apresentação dos objetivos de sustentabilidade, respetivos critérios e indicadores, que foram definidos aquando do Relatório de Fatores Críticos para a Decisão, de acordo com a sua relevância para a avaliação ambiental do plano, com as estratégias presentes nos documentos de referência e com as características específicas do território em estudo.
- Caracterização da situação atual e da evolução prevista na ausência de Plano e identificação dos principais problemas ambientais. Esta caracterização não pretende descrever de forma exaustiva a situação atual e a evolução prevista na ausência do Plano, mas sim, destacar os aspetos críticos mais pertinentes para o desenvolvimento da AAE, e para a avaliação das propostas da revisão do PDM.
- Análise dos efeitos decorrentes da implementação do plano, através da ponderação dos seguintes aspetos:

- a) Oportunidades em termos de sustentabilidade ambiental, resultantes da proposta de revisão do PDM, e ponderação da sua contribuição para atingir os objetivos estratégicos estabelecidos no QRE, e para colmatar os problemas ambientais presentes no território;
- b) Riscos originados pela proposta de revisão do PDM, e avaliação dos potenciais efeitos negativos resultantes da implementação da estratégia definida no Plano;
- c) Proposta de medidas destinadas a prevenir, reduzir, e tanto quanto possível, eliminar efeitos adversos significativos no ambiente resultantes da aplicação do Plano.

Fator Crítico de Decisão	Critério	Indicador	Objetivos de Sustentabilidade
Qualidade Ambiental e Recursos Naturais	Uso Eficiente da Água	Perdas no sistema de abastecimento	- Proteger os recursos hídricos
		Reutilização de águas residuais tratadas	- Promover a gestão integrada da água
	Águas Residuais	População servida por sistemas de drenagem de águas residuais	- Aumentar e/ou manter o nível de atendimento da população com sistemas públicos de abastecimento de água e drenagem e tratamento de águas residuais
		População servida por sistemas de tratamento de águas residuais	- Proteger os recursos hídricos
	Água para Consumo Humano	Água pluvial afluyente aos sistemas de drenagem de águas residuais	- Promover a gestão integrada da água
		Consumo de água por habitante	
		População servida por sistema de abastecimento de água para consumo humano	
		População equivalente servida por sistema público de saneamento de águas residuais que asseguram o cumprimento da legislação em termos de descarga (de acordo com a respetiva licença) <sup>(*)</sup>	
		Água captada que provém de captações com perímetro de proteção definido	
	Ruído	Número total de análises realizadas à água para consumo público cujos resultados estejam em conformidade com a legislação	
População exposta a níveis sonoros LAeq (período diurno, entardecer, noturno) > 65 dB(A) – em zonas mistas <sup>(*)</sup>		- Promover a qualidade do ambiente sonoro e do ar	
População exposta a níveis sonoros LAeq (período noturno) > 55 dB(A) – em zonas mistas <sup>(*)</sup>		- Salvaguardar ou contribuir para melhorar a qualidade de vida da população	
População exposta a níveis sonoros LAeq (período diurno, entardecer, noturno) > 55 dB(A) – em zonas sensíveis <sup>(*)</sup>			
Ar	População exposta a níveis sonoros LAeq (período noturno) > 45 dB(A) – em zonas sensíveis <sup>(*)</sup>		
	Emissão de poluentes		
	Resíduos	Produção de resíduos sólidos urbanos indiferenciados	- Promover a recolha seletiva
Energia	Produção de resíduos sólidos urbanos recolhidos seletivamente	- Promover a redução da capitação de resíduos	
	Consumo de energia elétrica	- Promover a eficiência energética e a utilização racional da energia	
	Consumo de gás		
Riscos Naturais e Tecnológicos	Risco de Incêndio	Ocorrências de incêndio florestal	- Reduzir a ocorrência de incêndios florestais
		Área ardida	
		Ocorrências de explosão	- Reduzir a influência dos incêndios na saúde pública e nos ecossistemas
	Risco de Erosão	Ocorrências de incêndios urbanos	
		Áreas desafetadas da REN <sup>(*)</sup>	- Reduzir a ocorrência de situações de erosão
		Áreas desafetadas da RAN <sup>(*)</sup>	
	Risco de Cheia	Ocorrência de deslizamento de terras <sup>(*)</sup>	- Manter práticas adequadas de utilização e conservação do solo
		Ocorrência de cheias <sup>(*)</sup>	- Aumentar os níveis de proteção do solo
		Áreas inundadas <sup>(*)</sup>	- Reduzir a possibilidade de ocorrência de cheias
	Riscos Tecnológicos	Extensão de leitos sujeitos a limpeza <sup>(*)</sup>	
Perdas patrimoniais originadas por cheias <sup>(*)</sup>			
Acidentes com transporte de matérias perigosas <sup>(*)</sup>		- Promover a segurança pública	
	Acidentes industriais		

Fator Crítico de Decisão	Critério	Indicador	Objetivos de Sustentabilidade
Património e Desenvolvimento Local e Social	Identidade Histórica e Cultural	Património classificado	- Promover, valorizar e reabilitar o património arquitetónico - Preservar a identidade do local
		Património inventariado	
	Competitividade e Turismo	Unidades industriais instaladas no concelho	- Criar condições para atrair e fixar população e empresas
		Unidades de turismo instaladas no concelho	
	Mobilidade Sustentável	Extensão de ciclovias	- Estruturar e desenvolver a rede de acessibilidades
	Transportes	Extensão de percursos pedonais	- Promover a utilização de transportes mais limpos - Promover um estilo de vida mais saudável
Proporção de utilização do automóvel nas deslocações pendulares			
Ocupação Territorial	População	Utilizadores da rede de transporte gratuito de idosos e beneficiários do Rendimento Social de Inserção <sup>(*)</sup>	- Criar condições para atrair turistas - Criar condições para atrair e fixar população e empresas
		População residente	
		Taxa de emprego	
	Uso do Solo	Taxa de desemprego	- Proteger e salvaguardar os recursos biofísicos e paisagísticos - Minimizar a afetação de áreas condicionadas - Proteger, promover, valorizar e assegurar a conservação de áreas classificadas
		Processos de operações urbanísticas em RAN (com construção) <sup>(*)</sup>	
		Processos de operações urbanísticas em REN (com construção) <sup>(*)</sup>	
	Consolidação do espaço urbano	Processos de operações urbanísticas por categoria de espaço <sup>(*)</sup>	- Promover, valorizar e reabilitar o património arquitetónico - Preservar a identidade do local
		Processos de renovação, requalificação ou reabilitação urbana	

<sup>(\*)</sup> Indicador que deverá ser analisado na fase de execução do Plano, pelo que deverá constar do Plano de Seguimento ou Controlo

Quadro 8 – Fatores de ambiente e sustentabilidade, critérios, objetivos e indicadores relevantes para a AAE do Plano

## 5.2. Qualidade Ambiental e Recursos Naturais

### 5.2.1. Introdução

A análise do FCD Qualidade Ambiental e Recursos Naturais tem por objetivo avaliar o modo como a proposta de revisão do PDM de Fornos de Algodres integra os objetivos de sustentabilidade ambiental e de gestão de recursos provenientes do QRE. Pressupõe a ponderação de diversos componentes nomeadamente a água, o ar, o ruído, os resíduos e a energia.

### 5.2.2. Situação atual, evolução prevista na ausência do plano e principais problemas ambientais

A análise pormenorizada consta do Quadro seguinte que apresenta, para cada indicador, uma descrição da situação atual e da evolução prevista no cenário de ausência do plano. Foram igualmente enumerados os diversos problemas ambientais existentes ou previsíveis, para cada um dos critérios e/ou indicadores.

FCD Qualidade Ambiental e Recursos Naturais

Indicadores	Fontes de Informação	Situação atual	Evolução na ausência do plano	Problemas ambientais
<b>Uso Eficiente da Água</b>				
Perdas no sistema de abastecimento	CMFA	Em 2014, o concelho de Fornos de Algodres apresentava perdas no sistema de abastecimento na ordem dos 30%.	O PNA estabelece como meta para 2020, 15% de perdas no sistema de abastecimento. Considera-se que as atuais condições na ausência do plano manter-se-ão.	Desperdício de recursos.
Reutilização de águas residuais tratadas	CMFA	Não existe reutilização de águas residuais uma vez que nenhuma das duas ETAR existentes no concelho apresenta um grau de tratamento adequado para tal.	Comparando com a referência do PEAASAR (2007-2013), que estabelece a meta de mais de 10% de reutilização de águas residuais a atingir no final de 2013, considera-se que a opção pela não reutilização das águas residuais tratadas , manter-se-á.	
<b>Águas Residuais</b>				
População servida por sistemas de drenagem de águas residuais	INSAAR (Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais)	Em 2008, 92% da população que residia no concelho de Forno de Algodres era servida por sistemas de drenagem de águas residuais.	O PEAASAR II (2007-2013) estabelecia a meta de 90% para a população servida por sistemas de drenagem de águas residuais. Conclui-se que o concelho de Fornos de Algodres já ultrapassou as metas exigidas, garantindo uma boa cobertura de população servida por sistemas de drenagem de águas residuais.	Diminuição da eficiência do tratamento das ETAR.
População servida por sistemas de tratamento de águas residuais	INSAAR (Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais)	Em 2008, a taxa de cobertura por Estações de Tratamento de Águas Residuais era de 86%.  Atualmente o cenário é bastante mais positivo, uma vez que em 2012 o concelho passou a dispor de mais uma ETAR (a do subsistema de Figueiró da Granja), que veio juntar-se à já existente na Ponte de Juncais.	O PEAASAR II (2007-2013) estabelecia a meta de 90% para a população servida por sistemas de tratamento de águas residuais. Conclui-se que o concelho de Fornos de Algodres, em 2008, ainda não atingia esta meta, no entanto, com a entrada em funcionamento da ETAR de Figueiró da Granja estima-se que esta meta tenha sido ultrapassada, o que garante uma boa cobertura de população servida por sistemas de tratamento de águas residuais.	
Água pluvial afluente aos sistemas de drenagem de águas residuais	CMFA	De acordo com o PEAASAR II, na maioria dos sistemas de saneamento há uma afluência elevada de águas limpas (águas pluviais e infiltrações) aos sistemas de saneamento, o que contribui negativamente para o tratamento das águas residuais e condiciona a racionalização da sua gestão.  Em 2014, o concelho registava 20% de águas pluviais afluentes aos sistemas de drenagem de águas residuais.	O PEAASAR II (2007-2013) estabelecia a meta de um máximo de 20% de água pluvial afluente aos sistemas de drenagem de águas residuais.  Com a ausência do plano prevê-se que o valor de 20% registado atualmente se mantenha.	

<b>Água para Consumo Humano</b> Consumo de água por habitante	Datacentro – Informação para a região, CCDRC	De acordo com informação disponível na plataforma da CCDRC, o consumo de água por habitante, no concelho de Fornos de Algodres era de 47 m <sup>3</sup> /hab (em 2008) e 42 m <sup>3</sup> /hab (em 2006).	Tal como em todo o território nacional, no concelho de Fornos de Algodres o consumo de água por habitante tenderá a aumentar, o que vem ao encontro da tendência verificada desde 2006.	Consumo dos recursos naturais.
População servida por sistema de abastecimento de água para consumo humano	CMFA, Datacentro – Informação para a região, CCDRC	Ao nível dos sistemas de abastecimento de água, a distribuição no concelho é assegurada maioritariamente pelo subsistema de Ponte de Juncais. Este subsistema abastece todas as freguesias do concelho, exceto Vila Ruiva que é abastecida em baixa pelo subsistema autónomo de Carrapichana (concelho de Celorico da Beira). Atualmente, o concelho de Fornos de Algodres, apresenta uma cobertura total (100%) pela rede de abastecimento de água.	O concelho de Fornos de Algodres apresenta uma cobertura total da rede de abastecimento de água, e prevê-se que esta situação se mantenha.	
Água captada que provém de captações com perímetro de proteção definido	CMFA, AdZC	Atualmente, a captação do subsistema de Ponte de Juncais não possui perímetro de proteção definido. No entanto, em fevereiro de 2012, as Águas do Zêzere e Côa finalizaram o Estudo Final (3ª Fase) da delimitação dos perímetros de proteção da captação do poço do Açude da Ponte dos Juncais. Este Estudo Final integra as observações e conclusões de reuniões tidas com a ARH Centro, IP, estando as AdZC a aguardar que esta entidade dê seguimento ao processo (publicação através de portaria da aprovação da delimitação do perímetro de proteção da captação de água subterrânea, com identificação das instalações e atividades que ficam sujeitas a interdições ou a condicionamentos e definição do tipo de condicionamentos).	O PEAASAR II (2007-2013) estabelecia a meta de 95% para a água captada que provém de captações com perímetro de proteção definido. Conclui-se que o concelho de Fornos de Algodres, em 2014, ainda não tinha atingido esta meta.  Com a ausência de plano, apesar de já existir um Estudo Final de delimitação dos perímetros de captação do poço do Açude da Ponte dos Juncais (datado de fevereiro de 2012), prevê-se que o mesmo ainda não tenha sido publicado.	Degradação da qualidade da água captada.
Número total de análises realizadas à água para consumo público cujos resultados estejam em conformidade com a legislação	ERSAR	De acordo com os dados oficiais da ERSAR, para os anos compreendidos entre 2005 e 2013, a percentagem do número total de análises realizada à água para consumo público cujos resultados estão em conformidade com a legislação, apresentou os seguintes resultados: - 2005: 92,57%; - 2006: 94,76%; - 2007: 95,77%; - 2008: 95,55%; - 2009: 95,29%; - 2010: 97,52%; - 2011: 97,15%; - 2012: 97,26%; - 2013: 98,55%.	O PEAASAR II (2007-2013) estabelecia a meta de 99% para este indicador. Conclui-se que o concelho de Fornos de Algodres, desde 2005, tem vindo a aproximar-se desta meta, pelo que na ausência do plano prevê-se que esta tendência de melhoria gradual dos resultados se mantenha.	

## Ruído

População exposta a níveis sonoros LAeq (período diurno, entardecer, noturno) > 65 dB(A), em zonas mistas	CMFA	A Câmara Municipal de Fornos de Algodres dispõe de um Mapa de Ruído do concelho, que foi elaborado em 2009, pelo que esta caracterização da situação atual baseia-se essencialmente na análise das principais conclusões do Relatório do Mapa de Ruído.	Atualmente o município não dispõe de cartografia que evidencie as áreas de conflito (zonas em que os valores limite de ruído são excedidos). Na ausência do plano prevê-se que esta lacuna se mantenha e que estas áreas de conflito aumentem, face ao aumento da atividade industrial e do tráfego rodoviário.	Degradação da qualidade de vida das populações.
População exposta a níveis sonoros LAeq (período noturno) > 55 dB(A), em zonas mistas				
População exposta a níveis sonoros LAeq (período diurno, entardecer, noturno) > 55 dB(A), em zonas sensíveis		O Relatório apenas se debruça sobre a situação atual, não fazendo nenhuma simulação relativa à situação futura. Deste modo o Relatório destaca o seguinte: - Identifica unidades industriais potencialmente geradoras de ruído significativo, que na envolvente próxima registam valores de Lden que excedem o limite estabelecido para zonas sensíveis, e ainda duas unidades industriais que excedem o valor limite para zonas sensíveis; - Na envolvente da A25, há incumprimento dos valores limite para zonas mistas, nos dois indicadores Ln e Lden; - Nos restantes eixos rodoviários e ferroviário há cumprimento dos valores regulamentares para zonas mistas, para os indicadores Lden e Ln; - Na restante área do concelho há cumprimento do valor limite para zonas sensíveis, para o Lden e Ln.		
População exposta a níveis sonoros LAeq (período noturno) > 45 dB(A), em zonas sensíveis				

## Ar

Emissão de poluentes atmosféricos	APA	No que respeita à emissão de poluentes atmosféricos, de acordo com informação disponível na APA, em 2008, o concelho de Fornos de Algodres registou as seguintes emissões por poluente (incluindo fontes naturais, valores em t/km <sup>2</sup> ):  - SO <sub>2</sub> : 0,176 - NO <sub>2</sub> : 1,294 - NH <sub>3</sub> : 0,266 - COVNM: 2,265 - CO: 2,729 - PM <sub>10</sub> : 0,371 - Pb: 0,000 - Cd: 0,000 - Hg: 0,000 - CH <sub>4</sub> : 1,972 - CO <sub>2</sub> : 193 - N <sub>2</sub> O: 0,112	Os dados relativos a missões de poluentes por concelho são relativamente escassos, havendo apenas cinco anos. Este período de resultados não permite descortinar uma tendência de evolução, uma vez que o Concelho de Fornos de Algodres não apresenta importantes fontes pontuais e em alguns destes anos foi devastado por grandes incêndios florestais.	Aumento dos gases com efeito de estufa (GEE). Degradação da qualidade do ar.
-----------------------------------	-----	--	--	---

## Resíduos

Produção de resíduos sólidos urbanos indiferenciados	CMFA	Em termos dos resíduos sólidos urbanos, o aumento da sua produção é maioritariamente preocupante em países desenvolvidos, dado o maior poder de compra com o consequente aumento do consumo. De acordo com os dados fornecidos pela CMFA, os últimos cinco anos apresentaram uma produção similar de resíduos sólidos urbanos indiferenciados, respetivamente: - 2010: 1 693 370 Kg; - 2011: 1 648 940 Kg; - 2012: 1 603 240 Kg; - 2013: 1 566 100 Kg; - 2014: 1 663 740 Kg.	O concelho de Fornos de Algodres deverá manter os valores atuais de produção de resíduos sólidos urbanos indiferenciados, tal como tem acontecido nos últimos cinco anos. O aumento da reciclagem dos resíduos sólidos urbanos e dos resíduos de construção e demolição poderá ser um dos fatores que mais influenciou esta tendência.	Desperdício de recursos. Redução da vida útil do aterro sanitário.																											
Produção de resíduos sólidos urbanos recolhidos seletivamente	CMFA	Quanto à recolha seletiva (papel, embalagens e vidro), os últimos cinco anos apresentam tendências díspares para cada um destes resíduos: <table border="1"><thead><tr><th rowspan="2">Ano</th><th colspan="3">Produção (em Kg)</th></tr><tr><th>Papel</th><th>Embalagens</th><th>Vidro</th></tr></thead><tbody><tr><td>2010</td><td>38 900</td><td>19 230</td><td>39 700</td></tr><tr><td>2011</td><td>42 150</td><td>19 960</td><td>39 500</td></tr><tr><td>2012</td><td>39 370</td><td>20 300</td><td>34 680</td></tr><tr><td>2013</td><td>39 820</td><td>20 480</td><td>40 050</td></tr><tr><td>2014</td><td>33 420</td><td>21 440</td><td>43 680</td></tr></tbody></table>	Ano	Produção (em Kg)			Papel	Embalagens	Vidro	2010	38 900	19 230	39 700	2011	42 150	19 960	39 500	2012	39 370	20 300	34 680	2013	39 820	20 480	40 050	2014	33 420	21 440	43 680	Tal como no restante território nacional, o concelho de Fornos de Algodres apresenta uma tendência clara de aumento da recolha seletiva de resíduos. Esta situação deverá manter-se como resultado da melhoria da educação da população e das diversas campanhas de sensibilização, bem como pelo aumento do número de contentores disponibilizados à população, o que permite aumentar a cobertura do Sistema de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos.	
Ano	Produção (em Kg)																														
	Papel	Embalagens	Vidro																												
2010	38 900	19 230	39 700																												
2011	42 150	19 960	39 500																												
2012	39 370	20 300	34 680																												
2013	39 820	20 480	40 050																												
2014	33 420	21 440	43 680																												
Consumo doméstico de energia elétrica por habitante	Datacentro – Informação para a região, CCDRC	O concelho de Fornos de Algodres registava, em 2004, um consumo doméstico de energia elétrica de 887,6 kWh/hab, tendo ocorrido ligeiros aumentos em 2005, 2010 e 2011, com registos que ultrapassaram os 1 000 kWh/hab. Em 2012 o consumo doméstico foi de 973,4 kWh/hab.	O consumo doméstico da energia elétrica por habitante, por parte do concelho de Fornos de Algodres,	Consumo de recursos naturais. Baixa eficiência energética dos edifícios.																											

Quadro 9 – FCD Qualidade Ambiental e Recursos Naturais: situação atual, evolução prevista na ausência do plano e principais problemas ambientais

### 5.2.3. Efeitos decorrentes da implementação do plano

Com o intuito de se avaliar as potencialidades e fragilidades do concelho elaborou-se o seguinte quadro para o FCD Qualidade Ambiental e Recursos Naturais. Nele são apresentados os riscos e oportunidades resultantes da execução das propostas da revisão do PDM de Fornos de Algodres, bem como as medidas de planeamento e gestão a adotar para a colmatação dos riscos e otimização das oportunidades.

Critérios	Riscos	Oportunidades	Medidas de planeamento e gestão
Uso eficiente da água	- Aumento das perdas do sistema de abastecimento.	- Reabilitação das redes de abastecimento de água que registam maiores perdas.	- Implementação de boas práticas de gestão dos recursos hídricos, com a melhoria dos equipamentos de modo a aumentar a eficiência do tratamento e a implementação de sistemas que identifiquem prontamente as perdas de água na rede de distribuição.
Águas Residuais	- Aumento da água pluvial afluyente aos sistemas de drenagem de águas residuais; - Diminuição da eficiência do tratamento das ETAR.	- Intervenção gradual nas redes de drenagem do concelho de modo a promover as redes separativas.	- Implementação de sistemas de gestão eficientes que permitam garantir o tratamento adequado dos efluentes líquidos e a reduzir a ocorrência de descargas poluentes para as linhas de água; - Garantir que a implantação de novas unidades industriais ocorra mediante a utilização de sistemas de tratamento adequado dos seus efluentes.
Água para consumo humano	- Aumento do consumo doméstico de água; - Contaminação da água captada.	- Publicação dos perímetros de proteção da captação existente no concelho.	- Promover a publicação dos perímetros de proteção da captação existente no concelho; - Campanhas de sensibilização da população para redução do consumo de água.
Ruído	- Melhorias nas acessibilidades potenciam o aumento da utilização das redes viárias e do tráfego.	- Implementação de planos de redução do ruído nos locais assinalados como de conflito.	- Identificação das zonas de conflito e elaboração do plano municipal de redução do ruído, ou quando for o caso, solicitar às entidades responsáveis pela fonte de ruído (REFER, Ascendi e Unidades Industriais).
Ar	- Melhorias nas acessibilidades potenciam o aumento da utilização das redes viárias e do tráfego; - Instalação de unidades industriais com forte impacto; - Aumento da ocorrência de incêndios.	- Incentivar a instalação de unidades industriais pouco poluentes, ou que utilizem um tratamento adequado das suas emissões.	- Cumprimento da legislação em vigor na área da Certificação energética dos Edifícios, especialmente nos edifícios novos e nas reabilitações/remodelações; - Determinar e avaliar a pegada ecológica do concelho; - Garantir que a implantação de novas unidades industriais ocorra mediante a utilização de sistemas de tratamento adequado dos seus efluentes gasosos.
Resíduos	- Aumento da produção de resíduos.	- Implementação da compostagem no concelho.	- Promoção da compostagem nos aglomerados rurais; - Campanhas de sensibilização da população para redução da produção de resíduos, reciclagem e reutilização.
Energia	- Aumento do consumo energético.	- Implementação de medidas de eco-eficiência e racionalização energética, de tecnologias limpas e/ou renováveis de produção energética.	- Cumprimento da legislação em vigor na área da Certificação energética dos Edifícios, especialmente nos edifícios novos e nas reabilitações/remodelações; - Promover medidas de eficiência energética e redução dos consumos da população do concelho; - Introduzir tecnologias de energia renovável em infraestruturas públicas, nomeadamente na iluminação pública; - Apoio à instalação de infraestruturas de produção de energias renováveis no concelho; - Promover a incorporação de tecnologias mais eficientes nos diversos edifícios, equipamentos e infraestruturas públicas.

Quadro 10 – FCD Qualidade Ambiental e Recursos Naturais: efeitos significativos decorrentes da proposta de revisão do PDM e medidas de planeamento e gestão

## 5.3. Riscos Naturais e Tecnológicos

### 5.3.1. Introdução

A análise do FCD Riscos Naturais e Tecnológicos tem por objetivo elencar os riscos naturais e tecnológicos existentes no concelho e avaliar o modo como a proposta de revisão do PDM de Fornos de Algodres contribui para a minimização destas vulnerabilidades, e que o modelo territorial proposto não compromete a segurança de populações, do património e do ambiente e que se traduz numa melhoria face à atual situação.

### 5.3.2. Situação atual, evolução prevista na ausência do plano e principais problemas ambientais

A análise pormenorizada consta do Quadro seguinte que apresenta, para cada indicador, uma descrição da situação atual e da evolução prevista no cenário de ausência do plano. Os indicadores escolhidos para análise nesta AAE não pretendem caracterizar de modo exaustivo os riscos naturais e tecnológicos presentes no território, uma vez que esta descrição exaustiva já se encontra nos Estudos de Caracterização que constitui um documento que acompanha a proposta do Plano. Foram igualmente enumerados os diversos problemas ambientais existentes ou previsíveis, para cada um dos critérios e/ou indicadores.

FCD Riscos Naturais e Tecnológicos

Indicadores	Fontes de Informação	Situação atual	Evolução na ausência do plano	Problemas ambientais
<b>Risco de Incêndio</b>				
Ocorrência de incêndio florestal	CMFA, ICNF	<p>O concelho de Fornos de Algodres apresenta uma considerável área florestal com 4120 ha, o que corresponde a 31% da área do concelho e 5250 ha de matos e pastagens (40% da área do concelho).</p> <p>Ao nível da defesa da floresta contra incêndios, o aumento do abandono dos terrenos agricultados, a sua naturalização e cessação da gestão dos terrenos fazem aumentar o risco de eclosão e propagação de incêndios florestais.</p> <p>No respeitante à ocupação florestal, o pinheiro bravo representa cerca de 70% das áreas florestais.</p> <p>De acordo com os dados do ICNF, no período compreendido entre 2006 e 2010 registaram-se 147 ocorrências de incêndio florestal, correspondendo a uma média de 29 ocorrências anuais.</p> <p>Relativamente às áreas ardidas registaram-se os seguintes valores nos últimos anos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 2008: 164,4 ha;</li> <li>- 2009: 63,2 ha;</li> <li>- 2010: 542,5 ha;</li> <li>- 2011: 212,0 ha;</li> <li>- 2012: 475,0 ha;</li> <li>- 2013: 381,0 ha.</li> </ul>	Na situação de ausência do plano aplica-se o disposto no Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Fornos de Algodres e no Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Fornos de Algodres.	<p>Perda de biodiversidade</p> <p>Degradação dos solos</p> <p>Polição atmosférica</p> <p>Perdas de bens materiais</p>
Área ardida	CMFA, ICNF	<p>De acordo com os dados do ICNF, no período compreendido entre 2006 e 2010 registaram-se 147 ocorrências de incêndio florestal, correspondendo a uma média de 29 ocorrências anuais.</p> <p>Relativamente às áreas ardidas registaram-se os seguintes valores nos últimos anos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 2008: 164,4 ha;</li> <li>- 2009: 63,2 ha;</li> <li>- 2010: 542,5 ha;</li> <li>- 2011: 212,0 ha;</li> <li>- 2012: 475,0 ha;</li> <li>- 2013: 381,0 ha.</li> </ul>		
Ocorrência de explosão	CMFA	Desde 2012 que não se registam explosões no concelho.	Na situação de ausência do plano, e uma vez que não está instalada no concelho nenhuma indústria que apresente este risco, considera-se que se irá manter a ausência deste tipo de ocorrência.	
Ocorrências de incêndios urbanos	CMFA	De acordo com o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Fornos de Algodres não há registo de ocorrência de incêndios urbanos no concelho.	Na situação de ausência do plano aplica-se o disposto no Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Fornos de Algodres.	

**Risco de Erosão**

Ocorrência de deslizamento de terras	CMFA	De acordo com a cartografia de risco de deslizamento de terras (do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Fornos de Algodres) as áreas de risco baixo representam 30% da área total do concelho e a classe de risco moderado representa cerca de 16%, concentrando-se maioritariamente na envolvente das povoações sedes de freguesia e sede de concelho e nas vertentes do rio Mondego.  Não há registos de ocorrência de deslizamento de terras.	Na situação de ausência do plano aplica-se o disposto no Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Fornos de Algodres.	Destruição de bens materiais e humanos.
--------------------------------------	------	--	---	---

**Risco de Cheia**

Ocorrência de cheias	CMFA	De acordo com a cartografia de risco de cheias e inundações (do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Fornos de Algodres) as áreas de risco moderado correspondem às margens do rio Mondego ao longo de todo o seu trajeto pelo concelho de Fornos de Algodres.  Em 2006 o avanço das águas do rio Mondego deu-se até à zona atualmente ocupada pela praia fluvial da Ponte de Juncais.	Na situação de ausência do plano aplica-se o disposto no Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Fornos de Algodres.	Destruição de bens materiais e humanos. Deslizamento de terras.
Áreas inundadas	CMFA	Em 2006 foram registadas ocorrências de inundações a sul da Quinta das Cortinhas, tendo as águas chegado até à ETAR, não tendo afetado a mesma.	Na situação de ausência do plano aplica-se o disposto no Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Fornos de Algodres.	Destruição de bens materiais e humanos. Deslizamento de terras.

**Riscos Tecnológicos**

Acidentes com transporte de matérias perigosas	CMFA	São consideradas mercadorias perigosas as substâncias ou preparações que devido à sua inflamabilidade, ecotoxicidade, corrosividade ou radioatividade, por meio de derrame, emissão, incêndio ou explosão podem provocar situações com efeitos negativos para o Homem e para o Ambiente. O transporte de mercadorias perigosas, pelas consequências que podem advir em caso de acidentes, constitui um problema de segurança a ser analisado. O concelho de Fornos de Algodres engloba duas vias principais de atravessamento de mercadorias perigosas: a A25 e a linha ferroviária da Beira Alta.	Na situação de ausência do plano aplica-se o disposto no Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Fornos de Algodres.	Destruição de bens materiais e humanos. Contaminação dos <i>habitat</i> . Poluição dos recursos hídricos.
Acidentes industriais	CMFA	Desde o encerramento do complexo industrial de Pirotecnia de Juncais que não há registo de acidentes industriais.	Na situação de ausência do plano aplica-se o disposto no Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Fornos de Algodres.	Destruição de bens materiais e humanos. Poluição dos recursos hídricos. Poluição atmosférica.

### 5.3.3. Efeitos decorrentes da implementação do plano

Com o intuito de se avaliar as potencialidades e fragilidades do concelho elaborou-se o seguinte quadro para o FCD Riscos Naturais e Tecnológicos. Nele são apresentados os riscos e oportunidades resultantes da execução das propostas da revisão do PDM de Fornos de Algodres, bem como as medidas de planeamento e gestão a adotar para a colmatação dos riscos e otimização das oportunidades.

Critérios	Riscos	Oportunidades	Medidas de planeamento e gestão
Risco de Incêndio	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento dos incêndios florestais;</li> <li>- Aumento das emissões atmosféricas associadas aos incêndios florestais;</li> <li>- Destruição de bens materiais e humanos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Definição de regras para a edificabilidade em espaço rural;</li> <li>- Implementação eficaz das regras de edificabilidade que constam do PMDFCI de Fornos de Algodres;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implementação das ações previstas no PMDFCI de Fornos de Algodres;</li> <li>- Limpeza regular dos terrenos;</li> <li>- Campanhas de sensibilização às populações relativas ao risco das queimadas.</li> </ul>
Risco de Erosão	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ocorrência de deslizamento de terras;</li> <li>- Risco de erosão dos solos face à ocorrência de incêndios;</li> <li>- Risco de erosão face às características do território.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implementação do PMEPC de Fornos de Algodres;</li> <li>- Implementação de um plano de limpeza dos leitos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fomentar a reabilitação ecológica da área florestal, através da implementação de um plano de requalificação do coberto vegetal, primordialmente nas áreas consideradas como de risco de erosão;</li> <li>- Implementação de medidas de prevenção da erosão hídrica e de proteção do solo.</li> </ul>
Risco de Cheia	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento da ocorrência de cheias e inundações.</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Os processos de licenciamento de obras devem assegurar que as intervenções em linhas de água não provoquem estrangulamentos por via da construção de travessias, de modo a que a água tenha condições de uma rápida drenagem para os cursos de água;</li> <li>- As linhas de drenagem devem ser limpas periodicamente, para que não fiquem rapidamente colmatadas em episódios de forte intensidade de precipitação;</li> <li>- Implementação, pelo Município, de um Plano de limpeza e conservação de linhas de água.</li> </ul>
Riscos Tecnológicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Instalação no concelho de unidades industriais que apresentem maiores riscos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implementação do PMEPC de Fornos de Algodres.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantir que aquando da implantação de novas unidades industriais que pela sua tipologia constituam um risco, o Município promoverá um acompanhamento mais próximo na fase do licenciamento e durante a laboração.</li> </ul>

Quadro 12 – FCD Riscos Naturais e Tecnológicos: efeitos significativos decorrentes da proposta de revisão do PDM e medidas de planeamento e gestão

## 5.4. Património e Desenvolvimento Local e Social

### 5.4.1. Introdução

A análise do FCD Património e Desenvolvimento Local e Social tem por objetivo avaliar os problemas associados à conservação e valorização do património, os usos e atividades incompatíveis com a preservação dos sítios arqueológicos e o património edificado.

Este FCD debruça-se igualmente no que diz respeito à mobilidade sustentável, aos transportes, à competitividade do concelho e seu potencial turístico.

### 5.4.2. Situação atual, evolução prevista na ausência do plano e principais problemas ambientais

A análise pormenorizada consta do Quadro seguinte que apresenta, para cada indicador, uma descrição da situação atual e da evolução prevista no cenário de ausência do plano. Foram igualmente enumerados os diversos problemas ambientais existentes ou previsíveis, para cada um dos critérios e/ou indicadores.

FCD Património e Desenvolvimento Local e Social

Indicadores	Fontes de Informação	Situação atual	Evolução na ausência do plano	Problemas ambientais
<b>Identidade Histórica e Cultural</b>				
Património classificado ou em vias de classificação	Relatório da 1ª Fase do PDM – Estudos de Caracterização	<p>O concelho de Fornos de Algodres possui onze imóveis classificados (Pelourinho de Algodres, de Figueiró da Granja, de Fornos de Algodres, de Infias, de Matança, de Casal do Monte, Casa Grande, Capela dos Girões, Capela de Santo Cristo, Anta de Cortiçô e Dólmen de Matança) e um imóvel em vias de classificação (Igreja da misericórdia de Algodres).</p> <p>O património classificado constitui uma reduzida parte do património arquitetónico, uma vez que o concelho possui um vasto conjunto de imóveis de grande valia histórica e arquitetónica.</p>	Na ausência do plano prevê-se que se mantenha o panorama generalizado de fraca valorização do património, patente no reduzido número de imóveis classificados no concelho, face ao património presente e inventariado. Na ausência do plano não se prevê uma evolução favorável para classificação de mais imóveis.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Usos e atividades incompatíveis com a preservação dos sítios arqueológicos e do património edificado, o que resulta na destruição ou na deficiente conservação deste património, especialmente devido à intensidade de ocupação antrópica do solo (uso agrícola e atividades de construção civil).</li> <li>- Nas áreas urbanas, a crescente ocupação humana e a reabilitação pouco cuidada originam problemas de conservação do património e contribuem para a perda dos valores arquitetónicos presentes, que constituem a riqueza patrimonial concelha;</li> <li>- Abandono do património.</li> </ul>
Património arquitetónico, arqueológico inventariado	Relatório da 1ª Fase do PDM – Estudos de Caracterização	<p>O concelho de Fornos de Algodres dispõe de um extenso património inventariado:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Património inventariado pela DGEMN (Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais): 17;</li> <li>- Património inventariado pelo CIHAF (Centro de Interpretação Histórica e Arqueológica de Fornos de Algodres): 22;</li> <li>- Património identificado no Inquérito à Arquitetura do séc. XX em Portugal: 10.</li> </ul> <p>Do Relatório da 1ª Fase do PDM consta uma extensa lista de Imóveis, Conjuntos Edificados e Sítios Arqueológicos presentes no concelho, totalizando 139 ocorrências.</p>	<p>Na ausência do plano prevê-se que o número de sítios arqueológicos inventariados aumente, fruto da realização de obras públicas ou privadas, por todo o território.</p> <p>Prevê-se a manutenção de intervenções inadequadas de reabilitação do património edificado concelhio. Estas intervenções levam à destruição do património edificado existente, de cariz mais tradicional.</p>	
<b>Competitividade e Turismo</b>				
Unidades industriais instaladas no concelho	CMFA, Relatório da 1ª Fase do PDM – Estudos de Caracterização	<p>No concelho de Fornos de Algodres foram criadas e entraram em funcionamento, desde 2010 até ao início de 2015, quatro unidades industriais.</p> <p>Pela análise dos dados constantes do Anuário Estatístico da Região Centro, as indústrias com sede no concelho de Fornos representavam 7.2% das empresas do concelho (valores referentes a 2012).</p>	A única zona industrial presente no concelho encontra-se totalmente ocupada, pelo que na ausência do plano, a inexistência de um espaço devidamente qualificado e infraestruturado para a instalação de unidades industriais será um fator limitativo. Deste modo prevê-se que se mantenha esta tendência de fraca atratividade empresarial do concelho.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Diminuição dos postos de trabalho;</li> <li>- Agravamento do despovoamento do concelho.</li> </ul>
Unidades de turismo instaladas no concelho	Relatório da 1ª Fase do PDM – Estudos de Caracterização	O concelho possui uma oferta turística diversificada, dispondo de dois Hotéis de quatro estrelas, um Empreendimento de	A oferta atual de alojamentos no concelho de Fornos de Algodres é diversificada, face ao potencial turístico do concelho (património	

FCD Património e Desenvolvimento Local e Social

Indicadores	Fontes de Informação	Situação atual	Evolução na ausência do plano	Problemas ambientais
		Turismo de Habitação, um Empreendimento de Turismo no Espaço Rural - Agro-turismo e três Empreendimentos de Turismo no Espaço Rural - Casas de Campo, perfazendo um total de 372 camas turísticas.	arqueológico, natural, paisagístico), prevendo-se a manutenção desta situação na ausência do plano.	
<b>Mobilidade Sustentável</b>				
Extensão de ciclovias	CMFA	Atualmente o concelho não dispõe de uma rede de ciclovias.	Na ausência do plano prevê-se que esta situação se mantenha.	- Fraca oferta de atividades ao ar livre.
Extensão de percursos pedestres	CMFA	O concelho não possui percursos pedestres.	Na ausência do plano prevê-se que esta situação se mantenha.	
<b>Transportes</b>				
Proporção de utilização do automóvel nas deslocações pendulares	Datacentro – Informação para a região, CCDRC	Relativamente à proporção de utilização do automóvel nas deslocações pendulares verificou-se um aumento significativo desde 2001 até 2011:  - em 2001: 47,8%; - em 2011: 59,7.	Na ausência do plano prevê-se que o valor da proporção de utilização do automóvel nas deslocações pendulares se mantenha.	- Aumento das emissões atmosféricas; - Consumo dos recursos naturais; - Desperdício de recursos.

Quadro 13 – FCD Património e Desenvolvimento Local e Social: situação atual, evolução prevista na ausência do plano e principais problemas ambientais

### 5.4.3. Efeitos decorrentes da implementação do plano

Com o intuito de se avaliar as potencialidades e fragilidades do concelho elaborou-se o seguinte quadro para o FCD Património e Desenvolvimento Local e Social. Nele são apresentados os riscos e oportunidades resultantes da execução das propostas da revisão do PDM de Fornos de Algodres, bem como as medidas de planeamento e gestão a adotar para a colmatação dos riscos e otimização das oportunidades.

Critérios	Riscos	Oportunidades	Medidas de planeamento e gestão
Identidade Histórica e Cultural	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Política de intervenções de requalificação do edificado e áreas urbanas antigas com alcance limitado;</li> <li>- Algum edificado antigo devoluto, nomeadamente quando propriedade de particulares.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Recuperação de edificado antigo devoluto e atribuição de novas funções culturais ou de apoio ao turismo;</li> <li>- Simbiose entre a paisagem natural e alguns sítios arqueológicos, que poderão ser rentabilizados para o ecoturismo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação de um sistema de informação geográfica, em permanente atualização que permita a gestão atualizada do património concelhio;</li> <li>- No caso do aparecimento de elementos patrimoniais no decurso das obras, proceder à avaliação da sua importância e efetuar o seu registo de imagens, desenho, georreferenciação e recolha do património móvel associado;</li> <li>- Elaboração rápida dos planos de salvaguarda definidos na proposta da revisão do PDM.</li> </ul>
Competitividade e Turismo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Associados há implantação de atividades industriais: impermeabilização dos solos e risco de contaminação dos solos, atmosfera e águas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Oportunidade de dinamização económica, em resultado da criação de uma nova zona industrial, bem como dinamização de inovação associada à floresta e aos produtos endógenos;</li> <li>- Oportunidade de requalificação do ordenamento e otimização dos espaços associados aos usos industriais e de turismo, e conseqüente melhoria da utilização dos solos;</li> <li>- Potencial de criação de uma imagem de marca do concelho associada aos produtos agrícolas;</li> <li>- Criação das condições necessárias para o estabelecimento de sinergias entre as atividades agro-florestais, a indústria, a investigação e o turismo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criar benefícios fiscais ou financeiros a nível municipal, de modo a premiar as empresas, indústrias e projetos que sejam modelos de boas práticas ambientais;</li> <li>- Implementar uma política ambiental para as zonas industriais;</li> <li>- Avaliação da eficácia das infraestruturas e serviços de apoio ao investimento e às atividades agrícolas, e reajuste, quando necessário;</li> <li>- Promover o turismo de qualidade que respeite os valores naturais;</li> <li>- Desenvolver uma estratégia de marketing turístico em articulação com as atividades culturais e os valores patrimoniais.</li> </ul>
Mobilidade Sustentável		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Oportunidade de dinamização do ecoturismo;</li> <li>- Favorecimento de hábitos de vida saudáveis.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolver uma estratégia de criação de percursos pedonais e de ciclovias que permitam potenciar as riquezas patrimoniais e naturais do concelho.</li> </ul>
Transportes	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento do tráfego rodoviário, das emissões atmosféricas, do consumo de combustíveis fósseis.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Oportunidade de dinamização dos transportes coletivos e de hábitos mais saudáveis.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promoção dos transportes coletivos e da mobilidade sustentável.</li> </ul>

Quadro 14 – FCD Património e Desenvolvimento Local e Social: efeitos significativos decorrentes da proposta de revisão do PDM e medidas de planeamento e gestão

## 5.5. Ocupação Territorial

### 5.5.1. Introdução

A análise do FCD Ocupação Territorial tem por objetivo avaliar as tendências de decréscimo populacional, de aumento do desemprego e ponderar os efeitos esperados resultantes da proposta de revisão do PDM. Pretende igualmente identificar algumas potencialidades e constrangimentos resultantes da execução do Plano no que respeita ao uso do solo e à consolidação do espaço urbano.

### 5.5.2. Situação atual, evolução prevista na ausência do plano e principais problemas ambientais

A análise pormenorizada consta do Quadro seguinte que apresenta, para cada indicador, uma descrição da situação atual e da evolução prevista no cenário de ausência do plano. Encontram-se igualmente enumerados os diversos problemas ambientais existentes ou previsíveis, para cada um dos critérios e/ou indicadores.

FCD Ocupação Territorial

Indicadores	Fontes de Informação	Situação atual	Evolução na ausência do plano	Problemas ambientais
<b>População</b>				
População residente	Datacentro – Informação para a região, CCDRC	De acordo com os Censos de 2011 a população residente totaliza atualmente 4989 habitantes, o que se traduz numa perda demográfica na ordem dos 11,4%, em relação a 2001.	O concelho de Fornos de Algodres tem demonstrado uma clara tendência de redução da população, de diminuição dos postos de trabalho, pelo que, no caso de não se promoverem medidas de apoio ao crescimento da população (apoio à natalidade, apoio à criação de postos de trabalho) e de apoio à instalação de empresas, esta situação irá manter-se ou agravar-se.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Despovoamento das áreas rurais;</li> <li>- Abandono das áreas agrícolas e florestais;</li> <li>- Abandono do património.</li> </ul>
Taxa de emprego	Datacentro – Informação para a região, CCDRC	De acordo com os Censos de 2011 a taxa de emprego da população em idade ativa totalizava 36,6%, quando em 2001 totalizava 40,1%.		
Taxa de desemprego	Datacentro – Informação para a região, CCDRC	De acordo com os Censos de 2011 a taxa de desemprego totalizava 14,1%.		
<b>Consolidação do espaço urbano</b>				
Processos de renovação, requalificação ou reabilitação urbana	CMFA	<p>Nos últimos cinco anos houve um decréscimo no número de licenças emitidas para reabilitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 2010: 13;</li> <li>- 2011: 10;</li> <li>- 2012: 9;</li> <li>- 2013:3;</li> <li>- 2014: 3.</li> </ul>	Na ausência do plano espera-se que este decréscimo na reabilitação do edificado se mantenha.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Despovoamento das áreas rurais;</li> <li>- Abandono e/ou degradação do património edificado do concelho.</li> </ul>

Quadro 15 – FCD Ocupação Territorial: situação atual, evolução prevista na ausência do plano e principais problemas ambientais

### 5.5.3. Efeitos decorrentes da implementação do plano

Com o intuito de se avaliar as potencialidades e fragilidades do concelho elaborou-se o seguinte quadro para o FCD Ocupação Territorial. Nele são apresentados os riscos e oportunidades resultantes da execução das propostas da revisão do PDM de Fornos de Algodres, bem como as medidas de planeamento e gestão a adotar para a colmatação dos riscos e otimização das oportunidades.

Critérios	Riscos	Oportunidades	Medidas de planeamento e gestão
População	- Agravamento do despovoamento do concelho.	- Criação de condições para a instalação de mais empresas nos concelhos, dos mais variados setores económicos, o que vai gerar emprego e favorecer a fixação de população no concelho.	- Aplicar medidas fiscais que favoreçam a natalidade; - Aplicar medidas fiscais que favoreçam a fixação de empresas no concelho.
Consolidação do espaço urbano		- Oportunidade de requalificação do edificado; - Melhoria da utilização do solo.	- Criar benefícios fiscais que favoreçam a reabilitação, requalificação e renovação urbana.

Quadro 16 – FCD Ocupação Territorial: efeitos significativos decorrentes da proposta de revisão do PDM e medidas de planeamento e gestão

## 6. Análise das alternativas escolhidas

O decreto-Lei n.º232/2007, de 15 de junho, define que o Relatório Ambiental deve estabelecer um resumo das razões que justificam as alternativas escolhidas e uma descrição do modo como se procedeu à avaliação. Pelo que, no presente Relatório Ambiental são analisados os efeitos decorrentes da proposta de revisão do PDM de Fornos de Algodres, face a dois cenários alternativos.

A análise dos cenários alternativos inclui a ponderação dos riscos e oportunidades identificados para os diversos critérios associados a cada FCD, a articulação com a evolução na ausência do plano e perspetivar a evolução futura face a diferentes opções de desenvolvimento.

São considerados dois cenários contrastantes:

- Cenário de Estagnação: considerando expectativas mais prudentes e conservadoras, um mínimo de intervenções;
- Cenário de Crescimento: considerando expectativas mais otimistas, que culminam num conjunto maximizado de intervenções.

FCD e respetivos Critérios	Cenários de Evolução	
	Estagnação	Crescimento
<b>Qualidade Ambiental e Recursos Naturais</b>		
Uso eficiente da água	- - -	-
Águas residuais	-	-
Água para consumo humano	-	+
Ruído	-	-
Ar	- -	-
Resíduos	-	+
Energia	-	+
<b>Riscos Naturais e Tecnológicos</b>		
Risco de incêndio	+	+ + +
Risco de erosão	+	+ + +
Risco de cheia	+	+ + +
Riscos tecnológicos	+	+ + +
<b>Património e Desenvolvimento Local e Social</b>		
Identidade Histórica e Cultural	-	+ + +
Competitividade e Turismo	-	+ + +
Mobilidade Sustentável	-	+ +
Transportes	-	+
<b>Ocupação Territorial</b>		
População	-	+
Consolidação do espaço urbano	-	+ + +

Quadro 17 – Ponderação dos riscos e oportunidades nos cenários de estagnação e crescimento

### Legenda

- Oportunidade moderada +
- Oportunidade significativa ++
- Oportunidade muito significativa +++
- Risco moderado -
- Risco significativo - -
- Risco muito significativo - - -

Pela análise do quadro seguinte, com a a classificação dos riscos e oportunidades identificados ao nível de cada critério, é possível retirar as seguintes conclusões por FCD:

- Qualidade Ambiental e Recursos Naturais: Não obstante as medidas de planeamento e gestão propostas para este FCD, neste Relatório Ambiental, no cenário de estagnação são identificados riscos moderados a significativos associados à fraca implementação de boas práticas de gestão dos recursos hídricos, à necessidade de colmatar ineficiências no tratamento e nos sistemas, nomeadamente no que respeita às perdas no sistema de abastecimento e forte presença da rede unitária de drenagem de águas. No cenário de crescimento prevê-se que
- Riscos Naturais e Tecnológicos: Num cenário de estagnação considera-se que o PMDFCI e o PMEPC de Fornos de Algodres estarão a ser implementados e executados, o que constituirá uma oportunidade moderada. No cenário de crescimento prevê-se que as orientações provenientes destes planos sejam maximizadas pela execução do PDM, o que constituirá uma oportunidade muito significativa para este FCD.
- Património e Desenvolvimento Local e Social: Face ao reconhecimento da necessidade de preservação e valorização do património arqueológico e edificado, e do património natural do concelho de Fornos de Algodres; designadamente em termos de potencial turístico. As propostas de revisão do PDM constituem uma posta na valorização do património concelho, destacando-se as propostas de Unidades Operativas de Planeamento e Gestão com reconhecida vocação para a recuperação, salvaguarda e valorização do património – UOPG (1) Centro Histórico de Algodres, UOPG (2) Centro Histórico de Figueiró da Granja, UOPG (3) Centro Histórico de Fornos de Algodres; bem como uma Unidade Operativa de Planeamento e Gestão com reconhecida vocação para as atividades económicas e fixação de indústrias – UOPG (7) Zona Industrial de Juncais. Neste contexto, considera-se que num cenário de crescimento deverá verificar-se uma oportunidade muito significativa, dada a possibilidade de investimento em projetos de recuperação, valorização e promoção patrimonial, de criação e fixação de unidades industriais no concelho, de promoção do turismo e de promoção do ecoturismo (face à criação de percursos pedonais no concelho). O cenário de estagnação representa um risco moderado, face à ausência de investimentos em todos os setores (reabilitação, indústria e turismo, mobilidade sustentável).
- Ocupação Territorial: Considera-se que num cenário de estagnação, e atendendo à tendência desfavorável do presente, este representará um risco moderado. No que respeita à população, e atendendo às limitações da proposta de revisão do PDM na inversão das tendências de decréscimo populacional e de desemprego, considera-se que num cenário de crescimento verifica-se uma oportunidade moderada.

## 7. Monitorização

### 7.1. Enquadramento, Objetivos e Estrutura

O programa de monitorização constitui um fator fundamental para o sucesso da revisão do PDM de Fornos de Algodres, devendo garantir a identificação dos aspetos e efeitos que devem ser controlados, relacionar a monitorização com as predições dos efeitos e identificar a estrutura de gestão da monitorização ambiental estratégica. De forma a estruturar e objetivar a gestão e monitorização ambiental estratégica devem utilizar-se indicadores que permitirão seguir os efeitos estratégicos nos fatores de ambiente e sustentabilidade decorrentes da implementação do plano. Apresenta-se assim neste capítulo um conjunto de diretrizes para o desenvolvimento de um sistema de indicadores de monitorização ambiental do plano, sem prejuízo do programa de monitorização mais detalhado que vier a ser definido na fase de execução e acompanhamento dos vários projetos que integram o plano.

De acordo com o artigo 11º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, em conformidade com a Diretiva 2001/42/CE, as entidades responsáveis pela elaboração de planos devem avaliar e controlar os efeitos significativos no ambiente decorrentes da respetiva aplicação e execução, verificando a adoção das medidas previstas na declaração ambiental, sendo ainda responsáveis pela divulgação dos resultados de controlo.

Considera-se fundamental garantir a existência de uma estrutura de gestão e acompanhamento dos efeitos ambientais e de sustentabilidade de modo a contribuir para uma adequada implementação da revisão do PDM de Fornos de Algodres, sem prejuízo das responsabilidades determinadas por lei. É reconhecida a existência de naturais dificuldades de antecipação de alguns dos efeitos ambientais, nesta fase do processo, bem como é também assumida a importância de assegurar o cumprimento das recomendações decorrentes da AAE.

Atendendo à natureza das intervenções territoriais previstas, e que são objeto do exercício de AAE, é fundamental um acompanhamento e avaliação do desempenho ambiental e de sustentabilidade associado à sua execução, centrado no nível estratégico (escala do plano), mas em estreita articulação com o nível operacional (escala de cada um dos projetos a jusante do plano). Assim, o acompanhamento preconizado deverá ser complementado com os processos de avaliação e monitorização ambiental a realizar a jusante da revisão do PDM de Fornos de Algodres (a decorrer à escala de projeto), bem como com outros mecanismos de controlo ambiental, que decorram da legislação aplicável ou da adoção de práticas voluntárias de avaliação e gestão ambiental.

Neste contexto, apresentam-se orientações para o processo de monitorização e avaliação do desempenho ambiental associado à execução da revisão do PDM de Fornos de Algodres, em sintonia com os objetivos ambientais e de sustentabilidade estabelecidos na AAE e em integração explícita com o sistema de avaliação do próprio plano, obrigatório segundo o atual regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.

O acompanhamento dos fatores ambientais e de sustentabilidade da revisão do PDM de Fornos de Algodres deve assegurar os seguintes aspetos (adaptado de Antunes *et al.*, 2009):

- A avaliação sistemática dos efeitos da execução do Plano nos fatores de ambiente e sustentabilidade adotados na AAE, salientando, nomeadamente, a um nível estratégico, a forma como estão a ser aproveitadas as oportunidades e geridos os riscos identificados, e integradas as recomendações apresentadas no Relatório Ambiental;
- A identificação e fundamentação da necessidade de corrigir alguma orientação estratégica, ao nível dos objetivos gerais e das orientações específicas de cada linha estratégica do plano, devido à ocorrência de situações imprevistas, à obtenção de informação adicional ou à verificação da impossibilidade ou inadequação da orientação preconizada;

- A identificação e fundamentação da necessidade de adoção de novas orientações estratégicas para mitigar efeitos ambientais negativos significativos ou potenciar o aproveitamento de oportunidades de melhoria ambiental;
- A produção e divulgação de informação sobre o acompanhamento, monitorização e avaliação dos descritores de sustentabilidade associados ao sistema de ordenamento do território, incluindo indicadores de desempenho; esta informação deve ser disponibilizada pelos meios considerados mais adequados para assegurar uma ampla divulgação, incluindo meios eletrónicos, e deve ser integrada nos relatórios periódicos sobre a execução do Plano;
- A participação pública nos processos de decisão e acompanhamento associados ao Plano, fomentando o envolvimento de todos os interessados, incluindo o público em geral, organizações não-governamentais, entidades públicas e privadas com responsabilidade no plano, procurando assegurar o envolvimento e a interação dos principais atores envolvidos nas propostas territoriais a implementar.

## 7.2. Quadro de Governança para a Ação

O quadro de governança para a ação é essencial para assegurar a correta implementação do Plano, dado que apresenta os diversos intervenientes na AAE e as respetivas responsabilidades ao longo da vigência do plano.

De acordo com Partidário, governança é todo o “conjunto de regras, processos e práticas que dizem respeito à qualidade do exercício do poder, essencialmente no que se refere à responsabilidade, transparência, coerência, eficiência e eficácia”.

Apresenta-se neste ponto, a síntese do quadro de governança para a proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Fornos de Algodres, que concretiza a identificação das entidades institucionais e de responsabilidade para garantir um melhor desempenho do Plano em relação às oportunidades e riscos de sustentabilidade anteriormente identificados, assim como à concretização das diretrizes propostas.

Entidades	Ações
Agência Portuguesa do Ambiente/Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro/Administração da Região Hidrográfica do Centro	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acompanhar a fase de monitorização do Plano;</li> <li>- Fomentar e apoiar os processos de participação pública;</li> <li>- Manter atualizados os resultados da monitorização da qualidade da água dos recursos hídricos e da qualidade do ar;</li> <li>- Aprovar e publicar a delimitação do perímetro de proteção da captação de águas subterrâneas destinada ao abastecimento público, identificando as instalações e atividades que ficam sujeitas a interdições ou a condicionamentos e definir o tipo de condicionamentos;</li> <li>- Monitorizar, em articulação com a Câmara Municipal, os valores de Ruído Ambiental decorrentes da instalação e execução do Plano.</li> </ul>
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acompanhar a fase de monitorização do Plano;</li> <li>- Manter atualizados os dados referentes aos incêndios florestais.</li> </ul>
Autoridade Nacional de Proteção Civil	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acompanhar a fase de monitorização do Plano.</li> </ul>
Unidade Local de Saúde do Centro, EPE	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acompanhar a fase de monitorização do Plano.</li> </ul>
Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro Águas do Zêzere e Côa, S.A.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acompanhar a fase de monitorização do Plano;</li> <li>- Garantir o correto funcionamento dos equipamentos que integram o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Alto Zêzere e Côa.</li> </ul>
Câmara Municipal de Fornos de Algodres	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolver processos de participação pública;</li> <li>- Articular com todas as entidades intervenientes no processo de AAE para que a implementação das ações previstas no Plano decorram de forma sustentável;</li> <li>- Promover a diversificação das atividades económicas, de modo a alargar o leque de setores económicos estruturais;</li> <li>- Manter atualizada a relação entre as necessidades de qualificação e a integração socioprofissional das comunidades locais;</li> <li>- Fomentar o uso racional e eficiente da energia e o recurso a fontes de energia renovável e monitorizar o consumo de energia;</li> <li>- Fomentar e apoiar as atividades que potenciem os valores naturais, económicos e culturais em espaço rural;</li> <li>- Adotar práticas quotidianas de valorização ambiental e energética;</li> <li>- Promover a valorização do património natural e edificado;</li> <li>- Garantir a execução da solução urbanística do Plano de uma forma integrada no suporte biofísico;</li> <li>- Garantir e operacionalizar a recolha e tratamento de resíduos;</li> <li>- Assegurar a elaboração, de dois em dois anos, do relatório sobre o ambiente acústico municipal e a apresentação do mesmo à Assembleia Municipal;</li> <li>- Prestar apoio e informação ao nível da procura e oferta de emprego;</li> <li>- Promover ações de formação e valorização profissional;</li> <li>- Cumprir as medidas que venham a ser impostas na Declaração Ambiental.</li> </ul>
Juntas de Freguesia	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fomentar diferentes formas de participação pública;</li> <li>- Operacionalizar as operações de gestão de resíduos.</li> </ul>
População em Geral	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Contribuir para o alcance das metas estabelecidas;</li> <li>- Participar nos processos de consulta pública;</li> <li>- Integrar movimentos e associações de promoção da identidade cultural, proteção social e ambiental;</li> <li>- Adotar hábitos de consumo energético mais eficientes.</li> </ul>

Quadro 18 – Síntese do Quadro de Governança para a Ação

## 7.3. Indicadores de Gestão e Monitorização Ambiental Estratégica

A estrutura do programa de monitorização estratégica é apoiada nos objetivos da AAE e nos indicadores inicialmente estabelecidos para efetuar a caracterização da situação atual de cada fator ambiental e de sustentabilidade, e da respetiva avaliação estratégica de impactes. Além destas componentes, a conceção e desenvolvimento do programa de monitorização pondera também outros aspectos, nomeadamente as recomendações da AAE e outros indicadores não inicialmente utilizados na AAE.

Assim, propõe-se para a monitorização ambiental estratégica do Plano a utilização de dois tipos de indicadores, associados à componente de resultados/efeitos do plano:

- Indicadores que seguem os efeitos estratégicos nos fatores de ambiente e sustentabilidade, decorrentes da implementação do plano. No Quadro 14 apresenta-se uma proposta de indicadores para os diferentes fatores de ambiente e sustentabilidade.

- Indicadores que avaliam o desempenho ambiental do plano. Estes indicadores estão particularmente direcionados para a operacionalização das recomendações da AAE, permitindo aferir o grau de internalização das recomendações e o correspondente desempenho ambiental das diferentes linhas estratégicas.

Deste modo, garante-se o cumprimento de um conjunto diversificado de funções, nas várias etapas do ciclo de planeamento, nomeadamente:

- Apoiar o acompanhamento e validação dos efeitos estratégicos do plano;
- Contribuir para o sistema global de avaliação do desempenho do plano e sua revisão;
- Facilitar a articulação dos sistemas de informação a implementar para o plano, com as estruturas de comunicação e disponibilização de informação ambiental existentes;
- Avaliar a eficácia das recomendações apresentadas e suportar a sua revisão de acordo com os resultados de avaliações periódicas e intercalares;
- Facilitar informação para futuras avaliações ambientais estratégicas e avaliações de impacte ambiental a jusante da presente avaliação;
- Facilitar a participação e envolvimento das partes interessadas no processo de planeamento.

Os indicadores selecionados deverão ser geridos, e eles próprios avaliados, em função da implementação do Plano e da informação entretanto recolhida, numa lógica adaptativa e de meta-avaliação da sua eficácia no processo de gestão e monitorização ambiental estratégica.

FCD	Indicador	Unidade	Meta em documento estratégico	Valor Base	Ano do Valor Base/Fonte	Metas pretendidas para o concelho
Qualidade Ambiental e Recursos Naturais	<b>Uso Eficiente da Água</b>					
	Perdas no sistema de abastecimento	%	15% até 2020 (PNA)	30	2014/CMFA	15%
	Reutilização de águas residuais tratadas	%	≥ 10% (PEAASAR II)	0	2014/CMFA	≥ 10%
	<b>Águas Residuais</b>					
	População servida por sistemas de drenagem de águas residuais	%	90% (PEAASAR II)	92	2008/INSAAR	≥ 90%
	População servida por sistemas de tratamento de águas residuais	%	90% (PEAASAR II)	86	2008/INSAAR	≥ 90%
	População equivalente servida por sistema público de saneamento de águas residuais que asseguram o cumprimento da legislação em termos de descarga (de acordo com a respetiva licença)	%	≥ 80% (PEAASAR II)	-	-	≥ 80%
	Água pluvial afluyente aos sistemas de drenagem de águas residuais	%	≤ 20% (PEAASAR II)	20	2014/CMFA	≤ 20%
	<b>Água para Consumo Humano</b>					
	Consumo de água por habitante	m <sup>3</sup> /ano	-	47	2008/CCDRC	reduzir 5%
	População servida por sistema de abastecimento de água para consumo humano	%	95% (PEAASAR II)	100	2014/CMFA	≥ 95%
	Água captada que provém de captações com perímetro de proteção definido	%	≥ 95% (PEAASAR II)	0	2014/CMFA	≥ 95%
	Número total de análises realizadas à água para consumo público cujos resultados estejam em conformidade com a legislação	%	≥ 99% (PEAASAR II)	98,55	2013/ERSAR /ULS	≥ 99%
	<b>Ruído</b>					
População exposta a níveis sonoros LAeq (período diurno, entardecer, noturno) > 65 dB(A) – em zonas mistas	n.º de habitantes	-	-	-	0	
População exposta a níveis sonoros LAeq (período noturno) > 55 dB(A) – em zonas mistas	n.º de habitantes	-	-	-	0	
População exposta a níveis sonoros LAeq (período diurno, entardecer, noturno) > 55 dB(A) – em zonas sensíveis	n.º de habitantes	-	-	-	0	
População exposta a níveis sonoros LAeq (período noturno) > 45 dB(A) – em zonas sensíveis	n.º de habitantes	-	-	-	0	
<b>Ar</b>						
Emissão de poluentes por freguesia	-	-	diversos	2008/APA/ULS	reduzir	
<b>Resíduos</b>						
Produção de resíduos sólidos urbanos indiferenciados	ton/ano	-	667,74	2014/CMFA	reduzir 5%	
Produção de resíduos sólidos urbanos recolhidos seletivamente	ton/ano	-	diversos	2014/CMFA	aumentar 5%	
<b>Energia</b>						
Consumo de energia elétrica	Kwh/hab	-	973,4	2012/CCDRC	reduzir 5%	
Consumo de gás	Nm <sup>3</sup> /hab	-	-	-	reduzir 5%	
Riscos Naturais e Tecnológicos	<b>Risco de Incêndio</b>					
	Ocorrências de incêndio florestal	n.º/ano	-	147	2006-2010/CMFA /ICNF	reduzir 5%
	Área ardida	ha/ano	-	381	2013/CMFA /ICNF	reduzir 5%
	Ocorrências de explosão	n.º/ano	-	0	2014/CMFA /ICNF	0
	Ocorrências de incêndios urbanos	n.º/ano	-	0	2014/CMFA /ICNF	0
	<b>Risco de Erosão</b>					
	Áreas desafetadas da REN	ha/ano	-	-	CMFA	-
	Áreas desafetadas da RAN	ha/ano	-	-	CMFA	-
	Ocorrência de deslizamento de terras	n.º/ano	-	-	CMFA	-
	<b>Risco de Cheia</b>					
Ocorrência de cheias	n.º/ano	-	-	CMFA/ANPC	-	
Áreas inundadas	ha/ano	-	-	CMFA/ANPC	-	

FCD	Indicador	Unidade	Meta em documento estratégico	Valor Base	Ano do Valor Base/Fonte	Metas pretendidas para o concelho
	Extensão de leitos sujeitos a limpeza	Km/ano	-	-	CMFA	-
	Perdas patrimoniais originadas por cheias	€/ano	-	-	CMFA/ANPC	-
	<b>Riscos Tecnológicos</b>					
	Acidentes com transporte de matérias perigosas	n.º/ano	-	-	CMFA/ANPC	-
	Acidentes industriais	n.º/ano	-	0	2014/CMFA/ANPC	0
Património e Desenvolvimento Local e Social	<b>Identidade Histórica e Cultural</b>					
	Património classificado	n.º/ano	-	11	2014/CMFA	-
	Património inventariado	n.º/ano	-	49	2014/CMFA	-
	<b>Competitividade e Turismo</b>					
	Unidades industriais instaladas no concelho	n.º	-	4	2010-2014/CMFA	aumentar 50%
	Unidades de turismo instaladas no concelho	n.º	-	7	2014/CMFA	manter
	<b>Mobilidade Sustentável</b>					
	Extensão de ciclovias	Km	-	0	2014/CMFA	-
	Extensão de percursos pedonais	km	-	0	2014/CMFA	-
	<b>Transportes</b>					
	Proporção de utilização do automóvel nas deslocações pendulares	%	-	59,7	2011/INE	-
	Utilizadores da rede de transporte gratuito de idosos e beneficiários do Rendimento Social de Inserção	n.º/ano	-	-	CMFA	-
Ocupação Territorial	<b>População</b>					
	População residente	n.º	-	4989	2011/CCDRC	aumentar 10%
	Taxa de emprego	%	-	36,6	2011/CCDRC	aumentar 5%
	Taxa de desemprego	%	-	14,1	2011/CCDRC	reduzir 5%
	<b>Uso do Solo</b>					
	Processos de operações urbanísticas em RAN (com construção)	n.º	-	-	CMFA	-
	Processos de operações urbanísticas em REN (com construção)	n.º	-	-	CMFA	-
	<b>Consolidação do espaço urbano</b>					
	Processos de operações urbanísticas por categoria de espaço	n.º/ano	-	-	CMFA	-
	Processos de renovação, requalificação ou reabilitação urbana	n.º/ano	-	3	2014/CMFA	aumentar 100%

Quadro 19 – Indicadores para monitorização da execução do Plano

## 8. Síntese e Considerações Finais

Do conjunto das avaliações efetuadas resulta que as propostas inscritas na revisão do PDM de Fornos de Algodres constituem globalmente uma oportunidade para o desenvolvimento e a valorização do concelho, uma vez que vão permitir a concretização de alguns dos objetivos constantes no Quadro de Referência Estratégico. Estas oportunidades de melhoria do concelho assentam essencialmente no reforço da qualidade do ambiente urbano, no reforço da economia e da população e na valorização e salvaguarda do património natural e arquitetónico presente no concelho. Os impactos positivos ao nível da racionalização do uso do solo terão uma escala menor.



---

## Âmbito Nacional /Setorial

---

### Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2005-2015 (ENDS)

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) para o período 2005/15 consiste num conjunto coordenado de atuações que, partindo da situação atual de Portugal, com as suas fragilidades e potencialidades, permitam num horizonte de 12 anos assegurar um crescimento económico célere e vigoroso, uma maior coesão social, e um elevado e crescente nível de proteção e valorização do ambiente.

#### Objetivos Estratégicos:

- Qualificação dos portugueses em direção à Sociedade do Conhecimento;
- Economia sustentável, competitiva e orientada para atividades de futuro;
- Gestão eficiente e preventiva do ambiente e do património natural;
- Organização equilibrada do território que valorize Portugal no espaço Europeu e que proporcione qualidade de vida;
- Dinâmica de coesão social e responsabilidade individual;
- Papel Ativo de Portugal na Cooperação para a Sustentabilidade Global.

---

### Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT)

O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) é um instrumento de desenvolvimento territorial de natureza estratégica que estabelece as grandes opções com relevância para a organização do território nacional, consubstancia o quadro de referência a considerar na elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial e constitui um instrumento de cooperação com os demais Estados membros para a organização do território da União Europeia.

#### Objetivos Estratégicos:

- Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e prevenir e minimizar os riscos;
- Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu e global;
- Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais;
- Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social;
- Expandir as redes e infraestruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública;
- Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições.

---

### Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética 2013-2016 (PNAEE)

A revisão do Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética - Estratégica para a eficiência energética 2016 - define um conjunto de novas metas e programas para 2016, assente na Diretiva n.º 2012/27/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro, relativa à eficiência energética para o horizonte de 2020.

#### Objetivos Estratégicos:

- Adequação das medidas ao atual contexto económico -financeiro, tendo em vista a redução do custo global do programa nacional de eficiência energética;
  - Revisão dos métodos de monitorização de resultados em conformidade com as diretrizes europeias e criação de uma visão macro do impacto do programa nacional de eficiência energética;
  - Redefinição do modelo de governação do PNAEE;
  - Melhoria da eficiência energética nos veículos;
  - Incentivar a utilização de transportes coletivos e de modos suaves de transporte em detrimento do transporte individual motorizado, com um enfoque particular nas zonas urbanas;
  - Dinamizar a utilização das redes ferroviárias de passageiros, bem como a gestão energética das frotas de transportes.
- 

Quadro 1 – Objetivos Estratégicos das políticas, planos e programas relevantes para a AAE

---

### Plano Nacional da Água (PNA)

Documento que define orientações de âmbito nacional para a gestão integrada dos recursos hídricos fundamentadas em diagnóstico atualizado da situação e na definição de objetivos a alcançar através de medidas e ações, elaborado de acordo com o Decreto-Lei nº 45/94, de 22 de Fevereiro.

#### Objetivos Estratégicos:

- Promover a sustentabilidade ambiental, económica e financeira das utilizações dos recursos hídricos, como forma de gerir a procura e garantir as melhores condições ambientais futuras;
- Assegurar a gestão integrada no domínio hídrico, promovendo a integração da componente recursos hídricos nas outras políticas sectoriais e assegurando a integridade hídrica das regiões hidrográficas, bem como a integração dos aspetos da quantidade e da qualidade da água e dos recursos hídricos subterrâneos e superficiais;
- Promover a gestão sustentável da procura de água, baseada na gestão racional dos recursos e nas disponibilidades existentes em cada bacia hidrográfica e tendo em conta a proteção a longo prazo dos meios hídricos disponíveis e as perspetivas socioeconómicas;
- Promover a racionalização, a otimização e a eficácia do quadro institucional, a adequação do quadro normativo nacional às novas perspetivas e exigências da gestão e planeamento em matéria de recursos hídricos e o cumprimento da legislação, nacional, comunitária e das convenções e acordos internacionais subscritos por Portugal, nomeadamente a Convenção de Albufeira;
- Promover a informação e a participação das populações e das suas instituições representativas nos processos de planeamento e gestão dos recursos hídricos;
- Promover o aumento do conhecimento, do estudo e da investigação aplicada dos sistemas hídricos.

---

### Programa Nacional para o Uso eficiente da Água (PNUEA)

O Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA), implementação 2012-2020 tem como principal finalidade a promoção de uma melhor gestão da água em Portugal, especialmente nos sectores urbano, agrícola e industrial, contribuindo para minimizar as ineficiências (desperdício) verificadas.

#### Objetivos Estratégicos:

- Criar uma atitude duradoura de preservação da água junto dos cidadãos e, em particular, na população infantil e juvenil, como garante do potencial transformador de comportamentos;
- Criar uma consciência nos cidadãos em geral e em particular nos gestores dos sistemas de abastecimento de água, quanto à importância do uso eficiente da água;
- Habilitar e capacitar os agentes responsáveis pela conceção e gestão dos sistemas de abastecimentos e dos equipamentos, através da produção e disponibilização de ferramentas de informação e de suporte à formação;
- Eliminar os desperdícios de água e reduzir a níveis aceitáveis as perdas de água nos sistemas, dando prioridade para os que são potencialmente mais significativos (sistemas de natureza pública e/ou coletiva);
- Promover iniciativas concretas com base em parcerias entre entidades públicas e/ou privadas;
- Garantir a avaliação periódica e sistemática das ações que permitam conhecer a evolução do PNUEA.

---

### Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2020 (PENSAAR 2020)

O PENSAAR 2020 pretende definir uma estratégia que reorienta o setor no âmbito dos objetivos alcançados pelo PEAASAR II face aos novos desafios, nomeadamente no que respeita às previsões de desenvolvimento económico do país para os próximos anos e integrando outros programas, designadamente o Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA), bem como convergir com as linhas orientadoras do Plano Nacional da Água (PNA).

#### Objetivos Estratégicos:

- Proteção do ambiente, melhoria da qualidade das massas de água;
  - Melhoria da qualidade dos serviços prestados;
  - Otimização e gestão eficiente dos recursos;
  - Sustentabilidade económica-financeira e social;
  - Condições básicas e transversais.
-

---

#### Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2007-2016 (PERSU II)

O PERSU II constitui um instrumento estratégico da gestão de resíduos sólidos urbanos (RSU) para o período de 2007 a 2016, fundamental para que o sector possa dispor de orientações e objetivos claros, bem como de uma estratégia de investimento que confira coerência, equilíbrio e sustentabilidade à intervenção dos vários agentes diretamente envolvidos.

##### Objetivos Estratégicos:

- Separar na origem;
- Reduzir, reutilizar, reciclar;
- Minimizar a deposição no aterro;
- “Waste to energy” para a fração “resto” (não reciclável);
- Protocolo de Quioto”: compromisso determinante na política de resíduos;
- Informação validada a tempo de se poderem tomar decisões;
- Estratégia de Lisboa: Sustentabilidade dos sistemas de gestão.

---

#### Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD)

O PANCD tem por objetivos a aplicação das orientações, das medidas e dos instrumentos da CNUCD nas áreas semiáridas e sub-húmidas secas do território nacional, bem como nas iniciativas de cooperação multilateral e bilateral do país, que se inscrevam no seu âmbito.

##### Objetivos Estratégicos:

- Promover a melhoria das condições de vida das populações das áreas suscetíveis;
- Promover a gestão sustentável dos ecossistemas das áreas suscetíveis e a recuperação das áreas afetadas;
- Gerar benefícios globais e potenciar sinergias com os processos das alterações climáticas e da biodiversidade nas áreas suscetíveis;
- Promover e mobilizar recursos para aplicar a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação nos Países Afetados por Seca Grave e ou Desertificação (CNUCD) e o PANCD

---

#### Programa de Desenvolvimento Rural do Continente para 2014-2020 (PDR 2020)

A visão estratégica nacional para a agricultura e o desenvolvimento rural, nomeadamente na formulação do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, tem como princípio determinante a concentração dos apoios no setor e na produção de bens transacionáveis dirigidas a agentes diretamente envolvidos na criação de valor a partir de atividades agroflorestais, assente numa gestão eficiente dos recursos. Pelo que, o PDR 2020 pretende o Crescimento sustentável do setor agroflorestal em todo o território nacional.

##### Objetivos Estratégicos:

- Crescimento do valor acrescentado do setor agroflorestal e rentabilidade económica da agricultura;
- Promoção de uma gestão eficiente e proteção dos recursos;
- Criação de condições para a dinamização económica e social do espaço rural.

---

#### Plano Estratégico Nacional do Turismo 2013-2015 (PENT)

O Plano Estratégico Nacional do Turismo serve de base à concretização de ações definidas para o crescimento sustentado do Turismo nacional nos próximos anos.

##### Objetivos Estratégicos:

- Mercados emissores: Apostar na captação de turistas de 20 mercados emissores internacionais e no desenvolvimento do Turismo interno;
- Estratégia de produtos: Consolidar e desenvolver 10 produtos turísticos estratégicos;
- Linhas orientadoras para as regiões: Desenvolver ofertas distintivas para as regiões, alinhadas com a proposta de valor do destino Portugal, capitalizando a vocação natural de cada região e desenvolvendo os seus fatores de qualificação;
- Linhas de orientação para os pólos: Desenvolver seis novos Pólos Turísticos para diversificar a oferta turística em Portugal e implementar um modelo de desenvolvimento sustentado;
- Acessibilidades aéreas: Reforçar as acessibilidades aéreas com as cidades/regiões com maior potencial turístico em cada mercado emissor;
- Eventos: Dinamizar um calendário nacional de eventos que assegure o reforço da notoriedade do destino e o enriquecimento da experiência do turista;
- Enriquecimento da oferta: Desenvolver e inovar conteúdos tradicionais portugueses que constituam fatores de diferenciação turística;
- Qualidade urbana, ambiental e paisagística: Tornar a qualidade urbana, ambiental e paisagística numa componente fundamental do produto turístico para valorizar e qualificar o destino Portugal;
- Qualidade de serviço e de recursos humanos: Reforçar a qualidade do Turismo português ao longo dos “momentos de verdade” de interação com o turista, através da implementação de um sistema de qualidade turística e da formação e valorização dos recursos humanos;
- Promoção e distribuição: Implementar uma abordagem inovadora, comunicando uma proposta de valor diferenciada, atuando por mercado emissor e segmento, conferindo maior enfoque no canal internet, promovendo uma gestão proactiva da relação com prescritores e definindo como prioridade o destino Portugal;
- Eficácia e modernização da atuação dos agentes públicos e privados: facilitar a interação das empresas com o Estado, promover a difusão do conhecimento, estimular a investigação e o desenvolvimento e a adoção de práticas inovadoras pelas empresas, incentivar a modernização empresarial.

---

#### Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI)

---

Neste contexto, o Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (PNDFCI), que ora se aprova, enuncia a estratégia e determina os objetivos, as prioridades e as intervenções a desenvolver para atingir as metas preconizadas.

Este PNDFCI pretende contribuir, a par de demais legislação já aprovada e a aprovar, para a definição de uma estratégia e a articulação metódica e equilibrada de um conjunto de ações com vista a fomentar a gestão ativa da floresta, criando condições propícias para a redução progressiva dos incêndios florestais.

**Objetivos Estratégicos:**

- Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais;
- Redução da incidência dos incêndios;
- Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios;
- Recuperar e reabilitar os ecossistemas;
- Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz.

---

**Plano Rodoviário Nacional 2000 (PRN 2000)**

O atual Plano Rodoviário Nacional (Decreto-Lei nº 222/98, com as alterações introduzidas pela Lei nº 98/99, de 26 de julho, Decreto-lei nº 222/98, com as alterações introduzidas pela Lei nº 98/99, de 26 de julho, pela Declaração de Retificação nº 19-D/98 e pelo Decreto-Lei nº 182/2003, de 16 de Agosto) define uma rede nacional, que desempenha funções de interesse nacional e internacional. A rede rodoviária nacional é constituída pela rede nacional fundamental e pela rede nacional complementar.

**Objetivos Estratégicos:**

- Introdução de significativas inovações relativamente ao PRN85, potenciando o correto e articulado funcionamento do sistema de transportes rodoviários, o desenvolvimento de potencialidades regionais a redução do custo global dos transportes rodoviários, o aumento da segurança de circulação, a satisfação do tráfego internacional e a adequação da gestão da rede;
- Necessidade de aumentar a densidade da rede de estradas nas zonas fronteiriças, promover o fecho de malhas viárias, assim como melhorar a acessibilidade de alguns concelhos, o que contribuirá para a correção das assimetrias que ainda se verificam no desenvolvimento socioeconómico do País;
- Reclassificação de algumas das estradas não incluídas no anterior plano rodoviário nacional como estradas nacionais e instituir uma nova categoria viária, a das estradas regionais.
- Preocupação assumida em matéria de melhoria qualitativa da rede rodoviária, com especial relevo para a defesa ambiental em meio urbano, para os dispositivos de combate à sinistralidade nos mais diversos planos e para os instrumentos de informação necessários à boa gestão e utilização das infraestruturas em causa.

---

**Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural (PENDR)**

O Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural (PENDR) define a estratégia Nacional para a Agricultura e o Desenvolvimento Rural.

**Objetivos Estratégicos:**

- Aumentar a competitividade dos setores agrícola e florestal;
  - Promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais;
  - Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais.
-

---

## Âmbito Regional

---

### Programa Operacional Regional do Centro (Centro 2020)

O Programa Operacional da Região centro, para o período 2014-2020 (CENTRO 2020), tem como base uma estratégia de desenvolvimento regional partilhada e construída através de uma forte mobilização de todos os parceiros regionais. A Região Centro terá, assim, como prioridades, até 2020, sustentar e reforçar a criação de valor e a transferência de conhecimento, promover um tecido económico responsável, industrializado e exportador, captar e reter talento qualificado e inovador, reforçar a coesão territorial, estruturar uma rede policêntrica de cidades de média dimensão dar vida e sustentabilidade a infraestruturas existentes e consolidar a capacitação institucional.

#### Objetivos Estratégicos:

- Investigação, Desenvolvimento e Inovação: fomento das infraestruturas e das capacidades de Investigação e Inovação (I&I), a promoção de centros de competência, a promoção do investimento das empresas em investigação e inovação e o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o ensino superior (transferência de tecnologia)
  - Competitividade e Internacionalização da Economia Regional: promover o empreendedorismo qualificado e criativo, a internacionalização das empresas e a capacitação empresarial orientada para mercados externos, a qualificação e inovação das PME, apostando no desenvolvimento de novos produtos e serviços, bem como melhorar as condições de financiamento das empresas para a inovação e internacionalização, promovendo o aumento do investimento e do emprego.
  - Desenvolver o Potencial Humano: desenvolvimento das infraestruturas de ensino e formação, na prevenção e na redução do abandono escolar precoce, no fomento de condições de igualdade no acesso ao ensino infantil, primário e secundário, na melhoria da qualidade e eficiência do ensino superior e na melhoria do acesso à aprendizagem ao longo da vida.
  - Promover e Dinamizar a Empregabilidade: promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral, apoiar o emprego por conta própria, o empreendedorismo e a criação de empresas, promover a adaptação dos trabalhadores e dos empresários a novos processos e abordagens, desenvolver o potencial endógeno regional e fomentar a coesão territorial.
  - Fortalecer a Coesão Social e Territorial: fomentar a inclusão ativa, impulsionar a economia social e das empresas sociais, desenvolver estratégias de desenvolvimento local lideradas pelas comunidades locais e investir na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento regional e local, a redução das desigualdades no acesso a cuidados de saúde e transição dos serviços institucionais para serviços de base comunitária.
  - Afirmar a sustentabilidade dos recursos: promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas e nas infraestruturas públicas e no setor da habitação, à promoção de estratégias de baixa emissão de carbono para todos os tipos de territórios, e à melhoria da qualidade do ambiente urbano.
  - Afirmar a sustentabilidade dos territórios: apoio a iniciativas relativas à conservação e valorização do património (natural e cultural) de que a Região é muito bem dotada (relembrem-se os sítios protegidos, pelas suas características ímpares em termos de biodiversidade; bem como o vasto património arquitetónico, com graus de reconhecimento distintos, incluindo aquele que é reconhecido como Património Mundial pela UNESCO). Refiram-se ainda as intervenções de apoio à reabilitação urbana dos centros de nível inferior do sistema urbano regional.
  - Reforçar a capacitação institucional das entidades regionais: apoio a iniciativas que incorporem nas suas propostas o uso de TIC e que constituam apostas na melhoria das capacidades institucionais e na eficiência das administrações e dos serviços públicos, mas visa ainda capacitar as entidades da Região Centro que são essenciais à construção e implementação da estratégia de desenvolvimento regional adotada.
  - Reforçar a rede urbana: intervenção de requalificação urbana nos centros de nível superior do sistema de centros urbanos da Região e apoio de iniciativas referentes ao que se poderá designar por "mobilidade sustentável", bem como as intervenções de promoção da coesão social de áreas urbanas degradadas.
-

---

### Proposta de Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT-C)

A proposta de Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro define-se como instrumento de desenvolvimento territorial que estabelece o quadro estratégico para o ordenamento do espaço regional, com base em políticas nacionais de desenvolvimento económico e social, e principais linhas orientadoras do ordenamento municipal.

#### Objetivos Estratégicos:

- O reforço dos fatores de internacionalização da economia regional e a valorização da posição estratégica da região para a articulação do território nacional e deste com o espaço europeu;
- A proteção, valorização e gestão sustentável dos recursos hídricos e florestais;
- O aproveitamento do potencial turístico, dando projeção internacional ao património natural, cultural e paisagístico;
- A mobilização do potencial agropecuário e a valorização dos grandes empreendimentos hidroagrícolas;
- O desenvolvimento de uma política integrada para o litoral;
- O reforço da cooperação transfronteiriça, visando uma melhor inserção ibérica das sub-regiões do interior.

---

### Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas dos rios Vouga, Mondego e Lis, integrados na Região Hidrográfica 4 (PGBH4)

Instrumento de planeamento das águas que visa a gestão, proteção e valorização ambiental, social e económica das bacias hidrográficas, integradas numa região hidrográfica.

#### Objetivos Estratégicos:

- Qualidade da água:
  - Proteger a qualidade das massas de água superficiais (costeiras, de transição e interiores) e subterrâneas, visando a sua conservação ou melhorias,
  - Garantir a proteção das origens de água e dos ecossistemas de especial interesse, incluindo a manutenção de um regime de caudais ambientais e, em particular, de caudais ecológicos.
- Quantidade da água:
  - Promover e incentivar o uso eficiente da água, por forma a assegurar a quantidade para os diversos usos, contribuindo para melhorar a oferta e para gerir a procura;
  - Promover a utilização de água com fins múltiplos e a minimização dos conflitos e usos.
- Gestão de riscos e valorização do domínio hídrico:
  - Reforçar e promover a proteção, valorização e regularização da rede hidrográfica e da orla costeira;
  - Prevenir e minorar os riscos naturais e antropogénicos associados a fenómenos hidrológicos extremos e a acidentes de poluição;
  - Fomentar o ordenamento dos usos e ocupações do domínio hídrico, articulando o planeamento e ordenamento do domínio hídrico com o ordenamento do território, promovendo o licenciamento e controlo dos usos do domínio hídrico e a valorização económica dos recursos compatíveis com a preservação dos meios hídricos.
- Quadro institucional e normativo:
  - Promover a adequação do quadro institucional e normativo, para assegurar o planeamento e gestão integrada dos recursos hídricos com uma intervenção racional e harmonizada dos diferentes agentes.
- Quadro económico e financeiro:
  - Promover a sustentabilidade económica e financeira, visando a aplicação dos princípios do utilizador-pagador, permitindo suportar uma política de gestão da procura com base em critérios de racionalidade e equidade e assegurando que a gestão do recurso é sustentável em termos económicos e financeiros;
  - Reforçar a recuperação dos custos dos serviços da água numa estratégia integrada de valorização energética de rios, mediante a implementação de pequenos aproveitamentos hidroelétricos e mediante o licenciamento de alguns aproveitamentos de bombagem pura.
- Monitorização, investigação e conhecimento:
  - Aprofundar o conhecimento técnico e científico sobre os recursos hídricos e promover a implementação de redes de monitorização de variáveis hidrológicas e de qualidade física, química e ecológica da água, nomeadamente das substâncias perigosas e prioritárias;
  - Promover a implementação de sistemas de informação relativos ao estado e utilizações do domínio hídrico.
- Comunicação e governança:
  - Fomentar a consciencialização da sociedade sobre o valor ambiental intrínseco da água e a responsabilização pelo seu uso eficiente, aumentando o grau de informação, consulta e participação pública na gestão dos recursos hídricos;
  - Criar um quadro de relacionamento institucional estimulando parcerias que permitam a compatibilização de interesses divergentes e a criação de valor.

---

#### Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira Interior Norte (PROF-BIN)

Instrumento sectorial de gestão territorial, que incidem sobre os espaços florestais e visam enquadrar e estabelecer normas específicas de uso, ocupação, utilização e ordenamento florestal, de forma a promover e garantir a produção de bens e serviços e o desenvolvimento sustentado destes espaços.

##### Objetivos Estratégicos:

- Promover e garantir um desenvolvimento sustentável dos espaços florestais;
- Promover e garantir o acesso à utilização social da floresta;
- Constituir um diagnóstico integrado e atualizado da realidade florestal da região;
- Aplicação regional das diretrizes estratégicas nacionais de política florestal;
- Estabelecer a interligação com outros instrumentos de gestão territorial, bem como com planos e programas de relevante interesse;
- Definir normas florestais ao nível regional e a classificação dos espaços florestais de acordo com as suas potencialidades e restrições;
- Potenciar a contribuição dos recursos florestais na fixação das populações ao meio rural.

---

#### Âmbito Local

---

##### Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI)

O PMDFCI é um documento que funciona como instrumento orientador das diversas entidades que compõem a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. Este documento tem uma vigência de cinco anos, pelo que abrangerá o período compreendido entre 2015 e 2019.

##### Eixos Estratégicos:

- Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais;
- Redução da incidência dos incêndios;
- Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios;
- Recuperar e reabilitar os ecossistemas;
- Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz.

---

##### Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil do Município de Fornos de Algodres (PMEPC)

O PMEPC de Fornos de Algodres é um plano de âmbito municipal pretende clarificar e definir as atribuições e responsabilidades que competem a cada um dos agentes de proteção civil intervenientes em situações de acidente grave ou catástrofe, suscetíveis de afetar pessoas, bens ou o ambiente.

##### Objetivos Gerais:

- Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe;
  - Definir as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil;
  - Definir a unidade de direção, coordenação e comando das ações a desenvolver;
  - Coordenar e sistematizar as ações de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção das unidades intervenientes;
  - Inventariar os meios e recursos disponíveis para ocorrer a um acidente grave ou catástrofe;
  - Minimizar a perda de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade;
  - Assegurar a criação de condições favoráveis ao empenhamento rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos disponíveis num determinado território, sempre que a gravidade e dimensão das ocorrências justifique a ativação do PMEPC de Fornos de Algodres;
  - Habilitar as entidades envolvidas no plano a manterem o grau de preparação e de prontidão necessário à gestão de acidentes graves ou catástrofes;
  - Promover a informação das populações através de ações de sensibilização, tendo em vista a sua preparação, a assunção de uma cultura de auto-proteção e a colaboração na estrutura de resposta à emergência.
-

---

Município de Fornos de Algodres

**Revisão do PDM  
de Fornos de Algodres**

---

Tomo II

---

**Relação entre o QRE definido  
e as Opções Estratégicas da  
Proposta de Revisão do PDM  
de Fornos de Algodres**

---

0298t2AA  
r2 2015-05

**A2**



Correspondência forte ●  
 Correspondência média ●  
 Correspondência fraca ●

Objetivos da ENDS	Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDMFA	Valorizar os recursos naturais e o património cultural, afirmando a complementaridade regional de Fornos de Algodres em setores como o turismo	Potenciar a implantação de atividades agroflorestais e industriais que utilizem recursos endógenos	Assegurar a centralidade na Vila de Fornos de Algodres e a estrutura de povoamento concentrada nos demais aglomerados, e impulsionar a reabilitação do respetivo parque edificado e a qualificação do espaço público
Qualificação dos portugueses em direção à Sociedade do Conhecimento		●	●	●
Economia sustentável, competitiva e orientada para atividades de futuro		●	●	●
Gestão eficiente e preventiva do ambiente e do património natural		●	●	●
Organização equilibrada do território que valorize Portugal no espaço Europeu e que proporcione qualidade de vida		●	●	●
Dinâmica de coesão social e responsabilidade individual		●	●	●
Papel Ativo de Portugal na Cooperação para a Sustentabilidade Global		●	●	●

Quadro 1 – Relação entre as Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Fornos de Algodres e os Objetivos da ENDS

Correspondência forte ●  
 Correspondência média ●  
 Correspondência fraca ●

Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDMFA	Valorizar os recursos naturais e o património cultural, afirmando a complementaridade regional de Fornos de Algodres em setores como o turismo	Potenciar a implantação de atividades agroflorestais e industriais que utilizem recursos endógenos	Assegurar a centralidade na Vila de Fornos de Algodres e a estrutura de povoamento concentrada nos demais aglomerados, e impulsionar a reabilitação do respetivo parque edificado e a qualificação do espaço público
<b>Objetivos do PNPOT</b>			
Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e prevenir e minimizar os riscos	●	●	●
Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu e global	●	●	●
Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais	●	●	●
Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social	●	●	●
Expandir as redes e infraestruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública	●	●	●
Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições	●	●	●

Quadro 2 – Relação entre as Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Fornos de Algodres e os Objetivos do PNPOT

Correspondência forte ●  
 Correspondência média ●  
 Correspondência fraca ●

Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDMFA	Valorizar os recursos naturais e o património cultural, afirmando a complementaridade regional de Fornos de Algodres em setores como o turismo	Potenciar a implantação de atividades agroflorestais e industriais que utilizem recursos endógenos	Assegurar a centralidade na Vila de Fornos de Algodres e a estrutura de povoamento concentrada nos demais aglomerados, e impulsionar a reabilitação do respetivo parque edificado e a qualificação do espaço público
<b>Objetivos do PNAEE</b>			
Adequação das medidas ao atual contexto económico-financeiro, tendo em vista a redução do custo global do programa nacional de eficiência energética	●	●	●
Revisão dos métodos de monitorização de resultados em conformidade com as diretrizes europeias e criação de uma visão macro do impacto do programa nacional de eficiência energética	●	●	●
Redefinição do modelo de governação do PNAEE	●	●	●
Melhoria da eficiência energética nos veículos	●	●	●
Incentivar a utilização de transportes coletivos e de modos suaves de transporte em detrimento do transporte individual motorizado, com um enfoque particular nas zonas urbanas	●	●	●
Dinamizar a utilização das redes ferroviárias de passageiros, bem como a gestão energética das frotas de transportes	●	●	●

Quadro 3 – Relação entre as Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Fornos de Algodres e os Objetivos do PNAEE

Correspondência forte ●  
 Correspondência média ●  
 Correspondência fraca ●

Objetivos do PNA	Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDMFA	Valorizar os recursos naturais e o património cultural, afirmando a complementaridade regional de Fornos de Algodres em setores como o turismo	Potenciar a implantação de atividades agroflorestais e industriais que utilizem recursos endógenos	Assegurar a centralidade na Vila de Fornos de Algodres e a estrutura de povoamento concentrada nos demais aglomerados, e impulsionar a reabilitação do respetivo parque edificado e a qualificação do espaço público
Promover a sustentabilidade ambiental, económica e financeira das utilizações dos recursos hídricos, como forma de gerir a procura e garantir as melhores condições ambientais futuras		●	●	●
Assegurar a gestão integrada no domínio hídrico, promovendo a integração da componente recursos hídricos nas outras políticas sectoriais e assegurando a integridade hídrica das regiões hidrográficas, bem como a integração dos aspetos da quantidade e da qualidade da água e dos recursos hídricos subterrâneos e superficiais		●	●	●
Promover a gestão sustentável da procura de água, baseada na gestão racional dos recursos e nas disponibilidades existentes em cada bacia hidrográfica e tendo em conta a proteção a longo prazo dos meios hídricos disponíveis e as perspetivas socioeconómicas		●	●	●
Promover a racionalização, a otimização e a eficácia do quadro institucional, a adequação do quadro normativo nacional às novas perspetivas e exigências da gestão e planeamento em matéria de recursos hídricos e o cumprimento da legislação, nacional, comunitária e das convenções e acordos internacionais subscritos por Portugal, nomeadamente a Convenção de Albufeira		●	●	●
Promover a informação e a participação das populações e das suas instituições representativas nos processos de planeamento e gestão dos recursos hídricos		●	●	●
Promover o aumento do conhecimento, do estudo e da investigação aplicada dos sistemas hídricos		●	●	●

Quadro 4 – Relação entre as Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Fornos de Algodres e os Objetivos do PNA

Correspondência forte ●  
 Correspondência média ●  
 Correspondência fraca ●

Objetivos do PNUFA	Valorizar os recursos naturais e o património cultural, afirmando a complementaridade regional de Fornos de Algodres em setores como o turismo	Potenciar a implantação de atividades agrofloretais e industriais que utilizem recursos endógenos	Assegurar a centralidade na Vila de Fornos de Algodres e a estrutura de povoamento concentrada nos demais aglomerados, e impulsionar a reabilitação do respetivo parque edificado e a qualificação do espaço público
Objetivos do PNUEA			
Criar uma atitude duradoura de preservação da água junto dos cidadãos e, em particular, na população infantil e juvenil, como garante do potencial transformador de comportamentos	●	●	●
Criar uma consciência nos cidadãos em geral e em particular nos gestores dos sistemas de abastecimento de água, quanto à importância do uso eficiente da água	●	●	●
Habilitar e capacitar os agentes responsáveis pela conceção e gestão dos sistemas de abastecimentos e dos equipamentos, através da produção e disponibilização de ferramentas de informação e de suporte à formação	●	●	●
Eliminar os desperdícios de água e reduzir a níveis aceitáveis as perdas de água nos sistemas, dando prioridade para os que são potencialmente mais significativos (sistemas de natureza pública e/ou coletiva)	●	●	●
Promover iniciativas concretas com base em parcerias entre entidades públicas e/ou privadas	●	●	●
Garantir a avaliação periódica e sistemática das ações que permitam conhecer a evolução do PNUEA	●	●	●

Quadro 5 – Relação entre as Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Fornos de Algodres e os Objetivos do PNUEA

Correspondência forte 

Correspondência média 

Correspondência fraca 

Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDMFA	Valorizar os recursos naturais e o património cultural, afirmando a complementaridade regional de Fornos de Algodres em setores como o turismo	Potenciar a implantação de atividades agroflorestais e industriais que utilizem recursos endógenos	Assegurar a centralidade na Vila de Fornos de Algodres e a estrutura de povoamento concentrada nos demais aglomerados, e impulsionar a reabilitação do respetivo parque edificado e a qualificação do espaço público
Objetivos do PENSAAR 2020			
Proteção do ambiente, melhoria da qualidade das massas de água			
Melhoria da qualidade dos serviços prestados			
Otimização e gestão eficiente dos recursos			
Sustentabilidade económica-financeira e social			
Condições básicas e transversais			

Quadro 6 – Relação entre as Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Fornos de Algodres e os Objetivos do PENSAAR 2020

Correspondência forte ●  
 Correspondência média ●  
 Correspondência fraca ●

Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDMFA	Valorizar os recursos naturais e o património cultural, afirmando a complementaridade regional de Fornos de Algodres em setores como o turismo	Potenciar a implantação de atividades agroflorestais e industriais que utilizem recursos endógenos	Assegurar a centralidade na Vila de Fornos de Algodres e a estrutura de povoamento concentrada nos demais aglomerados, e impulsionar a reabilitação do respetivo parque edificado e a qualificação do espaço público
Objetivos do PERSU II			
Separar na origem	●	●	●
Reduzir, reutilizar, reciclar	●	●	●
Minimizar a deposição no aterro	●	●	●
"Waste to energy" para a fração "resto" (não reciclável)	●	●	●
Protocolo de Quioto": compromisso determinante na política de resíduos	●	●	●
Informação validada a tempo de se poderem tomar decisões	●	●	●
Estratégia de Lisboa: Sustentabilidade dos sistemas de gestão	●	●	●

Quadro 7 – Relação entre as Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Fornos de Algodres e os Objetivos do PERSU II

Correspondência forte ●  
 Correspondência média ●  
 Correspondência fraca ●

Objetivos do PANCD	Valorizar os recursos naturais e o património cultural, afirmando a complementaridade regional de Fornos de Algodres em setores como o turismo	Potenciar a implantação de atividades agroflorestais e industriais que utilizem recursos endógenos	Assegurar a centralidade na Vila de Fornos de Algodres e a estrutura de povoamento concentrada nos demais aglomerados, e impulsionar a reabilitação do respetivo parque edificado e a qualificação do espaço público
Promover a melhoria das condições de vida das populações das áreas suscetíveis;	●	●	●
Promover a gestão sustentável dos ecossistemas das áreas suscetíveis e a recuperação das áreas afetadas	●	●	●
Gerar benefícios globais e potenciar sinergias com os processos das alterações climáticas e da biodiversidade nas áreas suscetíveis	●	●	●
Promover e mobilizar recursos para aplicar a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação nos Países Afetados por Seca Grave e ou Desertificação (CNUCD) e o PANCD	●	●	●

Quadro 8 – Relação entre as Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Fornos de Algodres e os Objetivos do PANCD

Correspondência forte ●  
 Correspondência média ●  
 Correspondência fraca ●

Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDMFA	Valorizar os recursos naturais e o património cultural, afirmando a complementaridade regional de Fornos de Algodres em setores como o turismo	Potenciar a implantação de atividades agroflorestais e industriais que utilizem recursos endógenos	Assegurar a centralidade na Vila de Fornos de Algodres e a estrutura de povoamento concentrada nos demais aglomerados, e impulsionar a reabilitação do respetivo parque edificado e a qualificação do espaço público
<b>Objetivos do PDR 2020</b>			
Crescimento do valor acrescentado do setor agroflorestal e rentabilidade económica da agricultura	●	●	●
Promoção de uma gestão eficiente e proteção dos recursos	●	●	●
Criação de condições para a dinamização económica e social do espaço rural	●	●	●

Quadro 9 – Relação entre as Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Fornos de Algodres e os Objetivos do PDR 2020

Correspondência forte ●  
 Correspondência média ●  
 Correspondência fraca ●

Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDMFA	Valorizar os recursos naturais e o património cultural, afirmando a complementaridade regional de Fornos de Algodres em setores como o turismo	Potenciar a implantação de atividades agroflorestais e industriais que utilizem recursos endógenos	Assegurar a centralidade na Vila de Fornos de Algodres e a estrutura de povoamento concentrada nos demais aglomerados, e impulsionar a reabilitação do respetivo parque edificado e a qualificação do espaço público
<b>Objetivos do PENT</b>			
Mercados emissores: Apostar na captação de turistas de 20 mercados emissores internacionais e no desenvolvimento do Turismo interno	●	●	●
Estratégia de produtos: Consolidar e desenvolver 10 produtos turísticos estratégicos	●	●	●
Linhas orientadoras para as regiões: Desenvolver ofertas distintivas para as regiões, alinhadas com a proposta de valor do destino Portugal, capitalizando a vocação natural de cada região e desenvolvendo os seus fatores de qualificação	●	●	●
Linhas de orientação para os pólos: Desenvolver seis novos Pólos Turísticos para diversificar a oferta turística em Portugal e implementar um modelo de desenvolvimento sustentado	●	●	●
Acessibilidades aéreas: Reforçar as acessibilidades aéreas com as cidades/regiões com maior potencial turístico em cada mercado emissor	●	●	●
Eventos: Dinamizar um calendário nacional de eventos que assegure o reforço da notoriedade do destino e o enriquecimento da experiência do turista	●	●	●
Enriquecimento da oferta: Desenvolver e inovar conteúdos tradicionais portugueses que constituam fatores de diferenciação turística	●	●	●
Qualidade urbana, ambiental e paisagística: Tornar a qualidade urbana, ambiental e paisagística numa componente fundamental do produto turístico para valorizar e qualificar o destino Portugal	●	●	●
Qualidade de serviço e de recursos humanos: Reforçar a qualidade do Turismo português ao longo dos "momentos de verdade" de interação com o turista, através da implementação de um sistema de qualidade turística e da formação e valorização dos recursos humanos	●	●	●
Promoção e distribuição: Implementar uma abordagem inovadora, comunicando uma proposta de valor diferenciada, atuando por mercado emissor e segmento, conferindo maior enfoque no canal internet, promovendo uma gestão proactiva da relação com prescritores e definindo como prioridade o destino Portugal	●	●	●
Eficácia e modernização da atuação dos agentes públicos e privados: facilitar a interação das empresas com o Estado, promover a difusão do conhecimento, estimular a investigação e o desenvolvimento e a adoção de práticas inovadoras pelas empresas, incentivar a modernização empresarial	●	●	●

Quadro 10 – Relação entre as Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Fornos de Algodres e os Objetivos do PENT

Correspondência forte ●  
 Correspondência média ●  
 Correspondência fraca ●

Objetivos do PNDFCI	Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDMFA	Valorizar os recursos naturais e o património cultural, afirmando a complementaridade regional de Fornos de Algodres em setores como o turismo	Potenciar a implantação de atividades agroflorestais e industriais que utilizem recursos endógenos	Assegurar a centralidade na Vila de Fornos de Algodres e a estrutura de povoamento concentrada nos demais aglomerados, e impulsionar a reabilitação do respetivo parque edificado e a qualificação do espaço público
Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais		●	●	●
Redução da incidência dos incêndios		●	●	●
Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios		●	●	●
Recuperar e reabilitar os ecossistemas		●	●	●
Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz		●	●	●

Quadro 11 – Relação entre as Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Fornos de Algodres e os Objetivos do PNDFCI

Correspondência forte ●  
 Correspondência média ●  
 Correspondência fraca ●

Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDMFA	Valorizar os recursos naturais e o património cultural, afirmando a complementaridade regional de Fornos de Algodres em setores como o turismo	Potenciar a implantação de atividades agrofloretais e industriais que utilizem recursos endógenos	Assegurar a centralidade na Vila de Fornos de Algodres e a estrutura de povoamento concentrada nos demais aglomerados, e impulsionar a reabilitação do respetivo parque edificado e a qualificação do espaço público
Objetivos do PRN 2000 Introdução de significativas inovações relativamente ao PRN85, potenciando o correto e articulado funcionamento do sistema de transportes rodoviários, o desenvolvimento de potencialidades regionais a redução do custo global dos transportes rodoviários, o aumento da segurança de circulação, a satisfação do tráfego internacional e a adequação da gestão da rede	●	●	●
Necessidade de aumentar a densidade da rede de estradas nas zonas fronteiriças, promover o fecho de malhas viárias, assim como melhorar a acessibilidade de alguns concelhos, o que contribuirá para a correção das assimetrias que ainda se verificam no desenvolvimento socioeconómico do País	●	●	●
Reclassificação de algumas das estradas não incluídas no anterior plano rodoviário nacional como estradas nacionais e instituir uma nova categoria viária, a das estradas regionais	●	●	●
Preocupação assumida em matéria de melhoria qualitativa da rede rodoviária, com especial relevo para a defesa ambiental em meio urbano, para os dispositivos de combate à sinistralidade nos mais diversos planos e para os instrumentos de informação necessários à boa gestão e utilização das infraestruturas em causa	●	●	●

Quadro 12 – Relação entre as Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Fornos de Algodres e os Objetivos do PRN 2000

Correspondência forte ●  
 Correspondência média ●  
 Correspondência fraca ●

Objetivos do PENDR	Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDMFA	Valorizar os recursos naturais e o património cultural, afirmando a complementaridade regional de Fornos de Algodres em setores como o turismo	Potenciar a implantação de atividades agroflorestais e industriais que utilizem recursos endógenos	Assegurar a centralidade na Vila de Fornos de Algodres e a estrutura de povoamento concentrada nos demais aglomerados, e impulsionar a reabilitação do respetivo parque edificado e a qualificação do espaço público
Aumentar a competitividade dos setores agrícola e florestal		●	●	●
Promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais		●	●	●
Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais		●	●	●

Quadro 13 – Relação entre as Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Fornos de Algodres e os Objetivos do PENDR

Correspondência forte ●  
 Correspondência média ●  
 Correspondência fraca ●

Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDMFA	Valorizar os recursos naturais e o património cultural, afirmando a complementaridade regional de Fornos de Algodres em setores como o turismo	Potenciar a implantação de atividades agroflorestais e industriais que utilizem recursos endógenos	Assegurar a centralidade na Vila de Fornos de Algodres e a estrutura de povoamento concentrada nos demais aglomerados, e impulsionar a reabilitação do respetivo parque edificado e a qualificação do espaço público
<p><b>Objetivos do Centro 2020</b></p> <p>Investigação, Desenvolvimento e Inovação: fomento das infraestruturas e das capacidades de Investigação e Inovação (I&amp;I), a promoção de centros de competência, a promoção do investimento das empresas em investigação e inovação e o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&amp;D e o ensino superior (transferência de tecnologia)</p>	●	●	●
<p>Competitividade e Internacionalização da Economia Regional: promover o empreendedorismo qualificado e criativo, a internacionalização das empresas e a capacitação empresarial orientada para mercados externos, a qualificação e inovação das PME, apostando no desenvolvimento de novos produtos e serviços, bem como melhorar as condições de financiamento das empresas para a inovação e internacionalização, promovendo o aumento do investimento e do emprego</p>	●	●	●
<p>Desenvolver o Potencial Humano: desenvolvimento das infraestruturas de ensino e formação, na prevenção e na redução do abandono escolar precoce, no fomento de condições de igualdade no acesso ao ensino infantil, primário e secundário, na melhoria da qualidade e eficiência do ensino superior e na melhoria do acesso à aprendizagem ao longo da vida</p>	●	●	●
<p>Promover e Dinamizar a Empregabilidade: promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral, apoiar o emprego por conta própria, o empreendedorismo e a criação de empresas, promover a adaptação dos trabalhadores e dos empresários a novos processos e abordagens, desenvolver o potencial endógeno regional e fomentar a coesão territorial</p>	●	●	●
<p>Fortalecer a Coesão Social e Territorial: fomentar a inclusão ativa, impulsionar a economia social e das empresas sociais, desenvolver estratégias de desenvolvimento local lideradas pelas comunidades locais e investir na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento regional e local, a redução das desigualdades no acesso a cuidados de saúde e transição dos serviços institucionais para serviços de base comunitária</p>	●	●	●

---

Afirmar a sustentabilidade dos recursos: promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas e nas infraestruturas públicas e no setor da habitação, à promoção de estratégias de baixa emissão de carbono para todos os tipos de territórios, e à melhoria da qualidade do ambiente urbano

---



Afirmar a sustentabilidade dos territórios: apoio a iniciativas relativas à conservação e valorização do património (natural e cultural) de que a Região é muito bem dotada (relembrem-se os sítios protegidos, pelas suas características ímpares em termos de biodiversidade; bem como o vasto património arquitetónico, com graus de reconhecimento distintos, incluindo aquele que é reconhecido como Património Mundial pela UNESCO). Refiram-se ainda as intervenções de apoio à reabilitação urbana dos centros de nível inferior do sistema urbano regional

---



Reforçar a capacitação institucional das entidades regionais: apoio a iniciativas que incorporem nas suas propostas o uso de TIC e que constituam apostas na melhoria das capacidades institucionais e na eficiência das administrações e dos serviços públicos, mas visa ainda capacitar as entidades da Região Centro que são essenciais à construção e implementação da estratégia de desenvolvimento regional adotada

---



Reforçar a rede urbana: intervenção de requalificação urbana nos centros de nível superior do sistema de centros urbanos da Região e apoio de iniciativas referentes ao que se poderá designar por "mobilidade sustentável", bem como as intervenções de promoção da coesão social de áreas urbanas degradadas

---



Quadro 14 – Relação entre as Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Fornos de Algodres e os Objetivos do Centro 2020

Correspondência forte ●  
 Correspondência média ●  
 Correspondência fraca ●

Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDMFA	Valorizar os recursos naturais e o património cultural, afirmando a complementaridade regional de Fornos de Algodres em setores como o turismo	Potenciar a implantação de atividades agroflorestais e industriais que utilizem recursos endógenos	Assegurar a centralidade na Vila de Fornos de Algodres e a estrutura de povoamento concentrada nos demais aglomerados, e impulsionar a reabilitação do respetivo parque edificado e a qualificação do espaço público
<b>Objetivos do PROT-C</b>			
O reforço dos fatores de internacionalização da economia regional e a valorização da posição estratégica da região para a articulação do território nacional e deste com o espaço europeu	●	●	●
A proteção, valorização e gestão sustentável dos recursos hídricos e florestais	●	●	●
O aproveitamento do potencial turístico, dando projeção internacional ao património natural, cultural e paisagístico	●	●	●
A mobilização do potencial agropecuário e a valorização dos grandes empreendimentos hidroagrícolas	●	●	●
O desenvolvimento de uma política integrada para o litoral	●	●	●
O reforço da cooperação transfronteiriça, visando uma melhor inserção ibérica das sub-regiões do interior	●	●	●

Quadro 15 – Relação entre as Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Fornos de Algodres e os Objetivos da Proposta do PROT-C

Correspondência forte ●  
 Correspondência média ●  
 Correspondência fraca ●

Objetivos do PGBH4	Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDMFA	Valorizar os recursos naturais e o património cultural, afirmando a complementaridade regional de Fornos de Algodres em setores como o turismo	Potenciar a implantação de atividades agroflorestais e industriais que utilizem recursos endógenos	Assegurar a centralidade na Vila de Fornos de Algodres e a estrutura de povoamento concentrada nos demais aglomerados, e impulsionar a reabilitação do respetivo parque edificado e a qualificação do espaço público
Proteger a qualidade das massas de água superficiais (costeiras, de transição e interiores) e subterrâneas, visando a sua conservação ou melhorias		●	●	●
Garantir a proteção das origens de água e dos ecossistemas de especial interesse, incluindo a manutenção de um regime de caudais ambientais e, em particular, de caudais ecológicos		●	●	●
Promover e incentivar o uso eficiente da água, por forma a assegurar a quantidade para os diversos usos, contribuindo para melhorar a oferta e para gerir a procura		●	●	●
Promover a utilização de água com fins múltiplos e a minimização dos conflitos e usos		●	●	●
Reforçar e promover a proteção, valorização e regularização da rede hidrográfica e da orla costeira		●	●	●
Prevenir e minorar os riscos naturais e antropogénicos associados a fenómenos hidrológicos extremos e a acidentes de poluição		●	●	●
Fomentar o ordenamento dos usos e ocupações do domínio hídrico, articulando o planeamento e ordenamento do domínio hídrico com o ordenamento do território, promovendo o licenciamento e controlo dos usos do domínio hídrico e a valorização económica dos recursos compatíveis com a preservação dos meios hídricos		●	●	●
Promover a adequação do quadro institucional e normativo, para assegurar o planeamento e gestão integrada dos recursos hídricos com uma intervenção racional e harmonizada dos diferentes agentes		●	●	●
Promover a sustentabilidade económica e financeira, visando a aplicação dos princípios do utilizador-pagador, permitindo suportar uma política de gestão da procura com base em critérios de racionalidade e equidade e assegurando que a gestão do recurso é sustentável em termos económicos e financeiros		●	●	●
Reforçar a recuperação dos custos dos serviços da água numa estratégia integrada de valorização energética de rios, mediante a implementação de pequenos aproveitamentos hidroelétricos e mediante o licenciamento de alguns aproveitamentos de bombagem pura		●	●	●

Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDMFA	Valorizar os recursos naturais e o património cultural, afirmando a complementaridade regional de Fornos de Algodres em setores como o turismo	Potenciar a implantação de atividades agroflorestais e industriais que utilizem recursos endógenos	Assegurar a centralidade na Vila de Fornos de Algodres e a estrutura de povoamento concentrada nos demais aglomerados, e impulsionar a reabilitação do respetivo parque edificado e a qualificação do espaço público
Objetivos do PGBH4			
Aprofundar o conhecimento técnico e científico sobre os recursos hídricos e promover a implementação de redes de monitorização de variáveis hidrológicas e de qualidade física, química e ecológica da água, nomeadamente das substâncias perigosas e prioritárias	●	●	●
Promover a implementação de sistemas de informação relativos ao estado e utilizações do domínio hídrico	●	●	●
Fomentar a consciencialização da sociedade sobre o valor ambiental intrínseco da água e a responsabilização pelo seu uso eficiente, aumentando o grau de informação, consulta e participação pública na gestão dos recursos hídricos	●	●	●
Criar um quadro de relacionamento institucional estimulando parcerias que permitam a compatibilização de interesses divergentes e a criação de valor	●	●	●

Quadro 16 – Relação entre as Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Fornos de Algodres e os Objetivos do PGBH4

Correspondência forte 

Correspondência média 

Correspondência fraca 

Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDMFA	Valorizar os recursos naturais e o património cultural, afirmando a complementaridade regional de Fornos de Algodres em setores como o turismo	Potenciar a implantação de atividades agroflorestais e industriais que utilizem recursos endógenos	Assegurar a centralidade na Vila de Fornos de Algodres e a estrutura de povoamento concentrada nos demais aglomerados, e impulsionar a reabilitação do respetivo parque edificado e a qualificação do espaço público
<b>Objetivos do PROF-BIN</b>			
Promover e garantir um desenvolvimento sustentável dos espaços florestais			
Promover e garantir o acesso à utilização social da floresta			
Constituir um diagnóstico integrado e atualizado da realidade florestal da região			
Aplicação regional das diretrizes estratégicas nacionais de política florestal			
Estabelecer a interligação com outros instrumentos de gestão territorial, bem como com planos e programas de relevante interesse			
Definir normas florestais ao nível regional e a classificação dos espaços florestais de acordo com as suas potencialidades e restrições			
Potenciar a contribuição dos recursos florestais na fixação das populações ao meio rural			

Quadro 17 – Relação entre as Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Fornos de Algodres e os Objetivos do PROF-BIN

Correspondência forte ●  
 Correspondência média ●  
 Correspondência fraca ●

Objetivos do PMDFCI	Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDMFA	Valorizar os recursos naturais e o património cultural, afirmando a complementaridade regional de Fornos de Algodres em setores como o turismo	Potenciar a implantação de atividades agroflorestais e industriais que utilizem recursos endógenos	Assegurar a centralidade na Vila de Fornos de Algodres e a estrutura de povoamento concentrada nos demais aglomerados, e impulsionar a reabilitação do respetivo parque edificado e a qualificação do espaço público
Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais		●	●	●
Redução da incidência dos incêndios		●	●	●
Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios		●	●	●
Recuperar e reabilitar os ecossistemas		●	●	●
Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz		●	●	●

Quadro 18 – Relação entre as Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Fornos de Algodres e os Objetivos do PMDFCI

Correspondência forte ●  
 Correspondência média ●  
 Correspondência fraca ●

Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDMFA	Valorizar os recursos naturais e o património cultural, afirmando a complementaridade regional de Fornos de Algodres em setores como o turismo	Potenciar a implantação de atividades agroflorestais e industriais que utilizem recursos endógenos	Assegurar a centralidade na Vila de Fornos de Algodres e a estrutura de povoamento concentrada nos demais aglomerados, e impulsionar a reabilitação do respetivo parque edificado e a qualificação do espaço público
Objetivos do PMEPC			
Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe	●	●	●
Definir as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil	●	●	●
Definir a unidade de direção, coordenação e comando das ações a desenvolver	●	●	●
Coordenar e sistematizar as ações de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção das unidades intervenientes	●	●	●
Inventariar os meios e recursos disponíveis para ocorrer a um acidente grave ou catástrofe	●	●	●
Minimizar a perda de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade	●	●	●
Assegurar a criação de condições favoráveis ao empenhamento rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos disponíveis num determinado território, sempre que a gravidade e dimensão das ocorrências justifique a ativação do PMEPC de Fornos de Algodres	●	●	●
Habilitar as entidades envolvidas no plano a manterem o grau de preparação e de prontidão necessário à gestão de acidentes graves ou catástrofes	●	●	●
Promover a informação das populações através de ações de sensibilização, tendo em vista a sua preparação, a assunção de uma cultura de auto-proteção e a colaboração na estrutura de resposta à emergência	●	●	●

Quadro 19 – Relação entre as Opções Estratégicas da Proposta de Revisão do PDM de Fornos de Algodres e os Objetivos do PMEPC